

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**Tabita Marquete Andrade**

**PROSTITUIÇÃO EM FRANCA/SP: um pretérito imor(t)al?**

**São Borja**

**2022**

**TABITA MARQUETE ANDRADE**

**PROSTITUIÇÃO EM FRANCA/SP: um pretérito imor(t)al?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais- Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em (Área do curso).

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Jaqueline Carvalho Quadrado. Dr<sup>a</sup>

**São Borja**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A553p Andrade, Tabita Marquete

PROSTITUIÇÃO EM FRANCA/SP: um pretérito imor(t)al? / Tabita  
Marquete Andrade.

93p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA, 2022.  
"Orientação: Jaqueline Carvalho Quadrado".

1. Prostituição. 2. Trabalho do sexo. 3. Políticas públicas  
. 4. História da prostituição. 5. Prostituição em Franca/SP.

I. Título.

**TABITA MARQUETE ANDRADE**

**PROSTITUIÇÃO EM FRANCA/SP: um pretérito imor(t)al?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais- Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 25 de março de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Carvalho Quadrado

Orientadora

UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Merli Leal Silva

UNIPAMPA

---

Ms. Iris Nabolotnyj Martinez

UNIPAMPA

---

Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/03/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---

Assinado eletronicamente por **Iris Nabolotnyj Martinez, Usuário Externo**, em 08/04/2022, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---

Assinado eletronicamente por **MERLI LEAL SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/04/2022, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_or\\_gao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_or_gao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0766424** e o código CRC **A744939E**.

---

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe, Eneida das Graças Marquete, uma professora de língua Portuguesa, da escola pública, que batalhou toda sua vida para me dar uma educação de qualidade. Sempre me incentivou a estudar e ir atrás dos meus sonhos. Sem ela, eu não estaria aqui, não seria quem eu sou hoje. Saber que ela estaria me acompanhando na formação do ensino superior foi o meu maior incentivo para a entrega desse trabalho.

## AGRADECIMENTO

Encerramento de ciclos talvez seja uma das coisas que eu mais encaro com dificuldade e aqui estou eu...encerrando um dos melhores ciclos pelo qual já passei. Foram 4 anos difíceis, de altos e baixos, de ansiedades e muitos momentos maravilhosos que marcaram minha vida. Nesse ciclo, pessoas incríveis entraram na minha vida, outras saíram, por isso, assim são os ciclos. Encontrei pessoas, amigas, que enfrentaram todos os desafios e usufruíram dos prazeres que a faculdade proporcionou, a meu lado, ampliando meu espaço. Não poderia terminar essa fase sem agradecer a essas pessoas. Talvez essa seja a parte mais difícil do trabalho de conclusão de curso porque foi certamente, neste momento de finalização, que percebi que realmente acabou e que agora se faz necessário iniciar uma nova etapa.

Meus agradecimentos...

Agradeço à minha orientadora, Jaqueline Carvalho Quadrado, pela oportunidade e por ter me guiado nesta pesquisa. Em muitos momentos, acalmou-me dizendo que tudo daria certo. Agradeço também ao professor da cadeira, Ronaldo Coveiro, que sempre se mostrou solícito e diligente.

Gostaria de agradecer também às minhas companheiras de cursos Carolina Oliveira e Beatriz Barbosa, que estiveram comigo ao longo de toda minha jornada, tantos nos bons momentos quantos nos mais difíceis.

Esse trabalho não é só dedicação, mas também agradecimento a ela, minha mãe, por eu ter conseguido chegar ao final desta graduação. A mulher que percorreu dois mil quilômetros de carro para ir comigo conhecer a cidade e depois novamente para me buscar em São Borja. Ela me inspira a todos os momentos, principalmente quando o assunto é estudar e alcançar meus sonhos, mesmo que seja em pequenos passos e bem devagar, pois, como ela me ensinou, não precisamos pular etapas, apenas ter paciência.

No meio da graduação, o mundo entrou em pandemia de COVID-19 . Foi um período de muito medo e incertezas principalmente ao pensar se eu estaria viva na próxima semana... no próximo mês..., entretanto, graças à ciência, à pesquisa e ao Sistema Único de Saúde (SUS) pudemos nos vacinar e diminuir as taxas de mortes. E fui escolhida para ficar aqui e continuar a sonhar. Então, não poderia encerrar esse agradecimento sem demonstrar gratidão

aos pesquisadores porque se pude entregar esse trabalho com saúde, mesmo depois de pegar COVID, sem ter perdido nenhum ente querido e minha família estar bem, é por causa deles e da ciência. E mesmo parecendo clichê: Viva o SUS! Viva a vacina! Viva a ciência! “É bonito,é bonito e é bonito!”

“Qualquer que seja a liberdade pela qual lutemos, deve ser uma liberdade baseada na igualdade.”.

Judith Butler

## RESUMO

Este trabalho, a princípio, teve como objetivo apresentar um breve resgate histórico e lutas das trabalhadoras do sexo no município de Franca, interior de São Paulo e saber como viveram e sobreviveram durante a pandemia. Passando, depois, devido às impossibilidades, analisar as políticas públicas direcionadas pelo poder público a essa população. Propôs-se uma análise a partir de um levantamento de dados e pesquisa de campo sobre o comércio do sexo, buscando revelar como a administração municipal assistiu às trabalhadoras da área durante a pandemia. Após percorrer os órgãos públicos de assistência social, buscar documentação e livros do arquivo histórico da cidade, descobriu-se que houve um apagamento da história da prostituição em Franca, localizada, desde muito cedo, principalmente, no Jardim Guanabara. Assim, foi-se em busca do como e porquê esse fato se deu a partir das representações da prostituição, dos bairros em notícias da cidade e arquivos históricos. Sem fontes escritas, tentou-se recuperar a história do bairro pela memória de um de seus antigos moradores já que a fonte oral pode trazer um ponto de vista sobre a memória coletiva, uma dimensão viva de fragmentos representativos desse passado, mesmo que parcialmente e atravessado devido aos estímulos para sua seleção. A memória individual “não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2013, p.72). Para fundamentação teórica e análise, foram utilizados trabalhos de Rago, Roberts, Bourdieu, Butler entre outros. A história da prostituição só pode ser entendida nos diferentes contextos em que ela ocorreu definida ora como sagrado, ora profano, ora libertário e as representações de hoje foram historicamente construídas. Apesar de não ter obtido os resultados a que se propôs inicialmente, novos caminhos foram percorridos e outros ficaram a percorrer. Pelos estudos empreendidos, na cidade de Franca, pode-se perceber que pelo poder simbólico, há um discurso hegemônico que naturaliza determinadas ideologias, instituindo e determinando a prostituição como algo desviante e abjeto a ser corrigido e sua história apagada. Pode-se perceber essa violência simbólica na ausência de dados, de registros nas pesquisas de diagnóstico de políticas públicas direcionadas às trabalhadoras do sexo.

Palavras-chave: prostituição, história, poder simbólico, políticas públicas.

## ABSTRACT

The present work, at first, aimed to present a brief historical background and the struggles of sex workers in the city of Franca, interior of the state of São Paulo, and to know how they lived and survived during the pandemic. Then, due to the impossibilities, to analyze the public policies directed by the public power to this population. An analysis based on a data collection and field research about the sex trade was proposed, trying to reveal how the municipal administration assisted the workers of the field during the pandemic. After going through the public social assistance agencies, searching for documentation and books from the city's historical archive, it was discovered that there was an erasure of the history of prostitution in Franca, located, since very early times, mainly in the Jardim Guanabara area. Thus, how and why this fact happened was searched since the representations of prostitution, the neighborhoods, the local news and historical archives. Without written sources, it was attempted to recover the history of the neighborhood through the memory of one of its former residents, since the oral source can bring a point of view about the collective memory, a living dimension of representative fragments of this past, even if partially and crossed due to the stimuli for its selection. Individual memory "is not entirely isolated and closed. To evoke its own past, in general, a person needs to resort to the memories of others, and transport themselves to reference points that exist outside of them, determined by society. More than that, the functioning of individual memory is not possible without those instruments that are words and ideas, which the individual did not invent, but borrows from their environment" (HALBWACHS, 2013, p.72). For theoretical foundation and analysis, works by Rago, Roberts, Bourdieu, Butler, among other authors were used. The history of prostitution can only be understood in the different contexts in which it occurred, defined sometimes as sacred, sometimes as profane and sometimes as libertarian, and the representations of today were historically constructed. Despite this work not having obtained the results it initially set out to, new paths have been taken and others remain to be traveled. From the studies undertaken, in the city of Franca, it is possible to see that through the symbolic power, there is a hegemonic discourse that naturalizes certain ideologies, instituting and determining prostitution as something deviant and as an object to be corrected and to have its history erased. This symbolic violence can be perceived in the absence of data and of records in the diagnostic research of public policies directed to the sex workers.

Keywords: prostitution, history, symbolic power, public policies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Modelos jurídicos do trabalho do sexo	32
<b>Figura 2-</b> Cartaz sobre as polacas no Rio de Janeiro	50
<b>Figura 3-</b> Imagem de Raquel Liberman	52
<b>Figura 4-</b> As “vitrines” da zona de meretrício do Bom Retiro	58
<b>Figura 5-</b> Zona do Mangue, Rio de Janeiro	59
<b>Figura 6-</b> I Encontro Nacional de Prostitutas	60
<b>Figura 7-</b> Classificação Brasileira de Ocupações	68
<b>Figura 8-</b> Gabriela Leite	72
<b>Figura 9-</b> Demonstração da inexistência do Jardim Guanabara no Google Maps	76
<b>Figura 10-</b> Geralda Roque de Oliveira morreu em 2021 vítima de Covid	78

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Classificação Brasileira de Ocupações: Código 5198-05	68
<b>Tabela 2-</b> CBO: Profissionais do Sexo	69

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>DE DEUSA À AMALDIÇOADA</b>	<b>17</b>
2.1	OS MODELOS LEGAIS: enquadramento da prostituição - uma síntese	32
2.1.1	<i>Modelo proibicionista</i>	32
2.1.2	<i>Modelo regulamentarista x Modelo regulador ou legalizador</i>	33
2.1.3	<i>Modelo abolicionista e neo abolicionismo</i>	34
2.1.4	<i>Modelo misto</i>	34
2.2	A história do trabalho do sexo no Brasil	35
<b>3</b>	<b>PROSTITUIÇÃO E A LEGISLATURA BRASILEIRA</b>	<b>54</b>
3.1	Código Penal brasileiro	54
3.2	<i>Os acordos internacionais e o trabalho do sexo no Brasil</i>	<i>61</i>
3.2.1	<i>A Convenção de Nova York</i>	<i>61</i>
3.2.2	<i>Protocolo de Palermo</i>	<i>62</i>
3.3	Um caminho até a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o Projeto de Lei Gabriela Leite	64
3.3.1	<i>O reconhecimento do trabalho do sexo na CBO</i>	<i>67</i>
3.3.2	<i>Projeto de de Lei 4.211/12- Gabriela Leite</i>	<i>71</i>
<b>4</b>	<b>PROSTITUIÇÃO EM FRANCA: a história (não) contada</b>	<b>75</b>
4.1	Para debaixo do tapete: poder e dominação	79
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>86</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou estudar a prostituição através de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sem caráter salvacionista e muito menos de tentar colocar seus atores em lugar de vítimas da exploração sexual. Essa pesquisa possui três etapas: na primeira, foi feito um breve histórico do trabalho do sexo no mundo e no Brasil e apresentou-se uma síntese dos enquadramentos da prostituição; na segunda, um breve estudo sobre a legislatura brasileira que engloba o trabalho do sexo, passando pelo artigo (art.) 229 do Código Penal, pelo reconhecimento da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e, por último, pelo Projeto de Lei do deputado Jean Wyllys, Gabriela Leite. Por fim, foi realizada uma pesquisa histórica da prostituição na cidade de Franca, no Estado de São Paulo(SP), com o objetivo final de entender como a cidade lidou com a prostituição durante o período de pandemia. O título da escolhido para esse trabalho estabelece uma relação intertextual com o hino da cidade.

A pesquisa iniciou-se com o foco de entender como estava o campo da prostituição durante a pandemia. Por isso, cheguei a ir até a cidade de São Paulo/SP para tentar entrevistar mulheres prostitutas. Consegui o contato de três, depois de muita conversa e garantia de que os nomes delas e do bordel não seriam divulgados, concordaram, mas, quando chamei para marcar a entrevista, todas me bloquearam. A dona do bordel chegou a avisar que isso poderia acontecer, pois muitas dessas mulheres estão/estavam ali sem a família saber e que elas tinham medo de acabar sendo expostas, algo compreensível, pois não há nada que garanta a segurança dessas mulheres. Quando a pesquisa de campo não obteve sucesso em São Paulo, mudei o foco para Franca onde ocorreu a mesma coisa. Cheguei a entrar em sites e chamá-las nos whatsapp, mas fui bloqueada e os bordéis não abriram suas portas. Nesse ponto, entendi que não conseguiria dar voz a elas nesse trabalho, mas que poderia tentar ir atrás de unidades públicas e entender se, em algum momento, elas deram amparo para as prostitutas durante a pandemia.

A ideia do trabalho veio após ler uma matéria sobre a prostituição durante a pandemia reportando que muitas mulheres haviam recorrido a prostituição por falta de ofertas de trabalho no país. Passei a me questionar como estavam fazendo para seguir os protocolos de saúde exigidos durante a pandemia- como máscaras, higienização com álcool em gel, manter

distanciamento social-; se essas trabalhadoras do sexo tiveram algum amparo dos serviços públicos, pois, como se sabe, trata-se de uma profissão que nem sempre há como seguir tais protocolos e é a fonte de renda delas. Entretanto, ao fazer o percurso investigativo, no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Secretaria de Ação Social e no Centro de Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), as pessoas, quando questionadas sobre políticas públicas direcionadas a esse tema, ou até mesmo um pedido de um simples direcionamento, não sabiam responder e olhavam estranhamente como se o assunto tivesse que ser mantido em silêncio, na escuridão. Cheguei a abrir um protocolo, na prefeitura de Franca/SP, para a Secretaria de Ação Social, mas não obtive respostas. O protocolo também foi encaminhado à imprensa do Gabinete do Prefeito que me retornou com um email informando um núcleo de ação contra violência doméstica, sem nenhuma relação com o que fora perguntado.

O protocolo mencionado fazia os seguintes questionamentos: Houve intervenção solicitada/efetuada por essa casa para interferir na prostituição de rua e casas de prostituição, devido à pandemia (se evacuaram as trabalhadoras do sexo das ruas e/ou fecharam algumas casas, por exemplo)?; Orientações e procedimentos de higiene, referentes à contaminação do vírus, foram passadas a esse grupo?; o CRAS, Secretaria de Ação Social e CREAS, entre outros, foram orientados a dar uma atenção melhor a esse grupo?; Algum programa social foi ou será criado incluindo o grupo do trabalho do sexo?; O prefeito da cidade ou algum vereador mobilizou-se na criação de políticas públicas para as profissionais do sexo? Houve alguma atuação esporádica ou não para essa classe de trabalho?

Além disso, busquei informações com pessoas que “viveram” o/do comércio de sexo, em Franca no Jardim(Jd.) Guanabara desde sua fixação, mas a resposta foi negativa. Apenas “Não posso”. Consegui entrevista com um antigo morador do bairro” (que não quis gravar a entrevista nem ser identificado) e que presenciou os “anos dourados” da prostituição no bairro.

É importante destacar que o tema do trabalho do sexo é extremamente amplo, podendo abarcar inúmeras problemáticas, modos e formas, assim essa presente pesquisa restringiu-se a uma das mais clássicas modalidades da prostituição: a da mulher cisgênera, com limitações como qualquer trabalho acadêmico. Além disso, trata-se de um tema estigmatizado e cheio de preconceitos e que, muitas vezes, é visto como algo que deve ser deixado de lado, principalmente por autoridades públicas. A literatura traz personagens prostitutas desde seus

primórdios como é visto na mais antiga epopeia do mundo Gilgamesh, mas ao longo do trabalho percebeu-se que há um desejo imensurável de apagamento da história da prostituição e das prostitutas. A importância desse tema vai além da (re)afirmação social dessa classe tão estigmatizada, buscou-se, em uma perspectiva histórica, tentar compreender a ausência de políticas públicas, a invisibilidade e a falta de direitos trabalhistas para essa classe cujos corpos ocupam, quase sempre, um lugar de desprestígio, humilhação e desprezo coletivo.

Um ponto importante a se trazer é que, durante a escrita do trabalho, me questionei diversas vezes qual seria o termo correto a ser utilizado: prostituição ou trabalho sexual/do sexo, pois, por um lado, Monique Prada, em seu livro Putafemista, diz que devemos substituir o termo “prostituição” por “trabalho sexual” visando forçar a sociedade reconhecer que mulheres adultas podem tirar seu sustento através do sexo, ou seja, trabalhadoras e não crianças, traficadas, vítimas de estupros ou mantidas em cárcere. Por outro, Gabriela Leite, escritora e ex-prostituta, afirma que não deveria haver essa substituição, pois o politicamente correto acabaria inviabilizando a luta e história das prostitutas, além de se tornar mais agradável aos ouvidos dos conservadores, sendo que para conseguir seus direitos é necessário fazer barulho. Com isso, esse trabalho fez o uso de ambos os termos, tanto para não haver excessiva repetição de palavras quanto para deixar livre para os leitores tomarem suas próprias decisões sobre o debate.

Este trabalho é finalizado sem muitas respostas a que se propôs responder e sem resultados esperados por uma falta de registros, silenciamento dos envolvidos e retorno e informações dos órgãos públicos da cidade de Franca/SP. Pretende-se, então, um dia poder concluí-lo através de um novo e exaustivo trabalho de campo.

## 2 DE DEUSA À AMALDIÇOADA

Para entendermos o trabalho do sexo é necessário trilhar a sua história. Embora não haja registros formais, é considerada a profissão mais antiga do mundo por muitos pesquisadores. Segundo a historiadora holandesa Marieke van Doorninck do instituto para questões de prostituição A. de Graaf: “Em quase todas as línguas existe essa história de que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo, mas a verdade é que ninguém sabe por quê!”. A resposta se perdeu no tempo, mas ainda se trata de uma profissão muito antiga. Porém, alguns pesquisadores, como Margareth Rago (1990), questionam essa ideia, pois ela naturaliza o fenômeno da prostituição, torná-o imutável e trans-histórico.

Para Roberts (1998), se a prostituição é a primeira profissão, a dos homens que narram sobre as prostitutas, é a segunda. A autora critica o fato da prostituição ter sido sempre contada a partir da perspectiva masculina o que levou a nulidade do papel desempenhado pelas mulheres nos primórdios da história. Segundo a autora, antes do patriarcado, reinava o matriarcado visto que a mulher, adorada como encarnação terrena da deusa, era considerada a força criadora da vida.

Evidências da arte da Idade da Pedra confirmam esta posição central das mulheres. desde culturas gravettianas e aurignacianas do período Paleolítico ou da Pedra Lascada (cerca de 25.000a.C. em diante) , quase todas as esculturas e estátuas que sobrevivem em locais que se estendem por toda a Europa, desde a Espanha até a Rússia, são de mulheres, e em algumas culturas - os aurignacianos das estepes do Leste Europeu, por exemplo - os homens não são de modo algum representados (Roberts, 1998, p. 20)

Roberts constata que o modo de vida era centralizado na mãe e em seus filhos, ou seja, matrifocal. Considerado uma prática sagrada, as sacerdotisas xamânicas lideravam reuniões de sexo grupal para toda comunidade dividindo uma união embevecida com a força da vida. Onde hoje está a Turquia, “a religião da deusa criou raízes em templos especialmente construídos” (1998, p.21). Porém, aproximadamente em 3.000 anos antes de Cristo (a.C.), agora cientes de seu papel na procriação, tribos nômades passaram a invadir os territórios matriarcais e impor sua força, “finalmente, subjugando os povos das deusas e sujeitando-os ao poder do masculino (1998, p.22).

Novas leis foram sendo introduzidas restringindo, gradativamente, o poder das mulheres. “Foi neste ponto da história humana, em torno do segundo milênio a.C. que a instituição da prostituição sagrada tornou-se visível e foi registrada pela primeira vez na

escrita” (ROBERTS, 1998, p. 22). Como é impossível substituir uma cultura por outra num estalar de dedos, patriarcado e matriarcado passaram a conviver lado a lado. “É aqui que começa a verdadeira história da prostituição, com as sacerdotisas do templo, que eram ao mesmo tempo sagradas e prostitutas, as primeiras prostitutas da história” (ROBERTS, 1998, p.23)

É curioso, ao se tratar da prostituição, que sua forma mais antiga talvez seja a religiosa, pois o sexo fazia parte das atribuições de sacerdote em muitas religiões pagãs da antiguidade. As questões sobre a “prostituição sagrada” começaram a ser debatidas no século XIX, e uma obra significativa desse período sobre o assunto é o livro de Pedro Dufour, *“História da Prostituição Em Todos Os Povos Do Mundo Desde A Mais Remota Antiguidade Até Aos Nossos Dias.”* O autor fala da prostituição sagrada na Babilônia, na Fenícia, na Armênia, na Grécia e Roma.

No artigo “O debate historiográfico acerca da ideia da ‘prostituição sagrada’ no antigo crescente fértil”(2011) de Keila Fernandes Batista, a autora, citando Dufour, coloca que a “prostituição sagrada” é comprovada, historicamente, em Heródoto e no livro de Burac, pois falam de costumes parecidos, mesmo não classificando como prostituição. Segundo ele, “esta prostituição sagrada, por mais extraordinária, inverossímil e monstruosa que pareça, é um fato de incontestável verdade histórica” (DUFUR, 1885).

Para contextualizar a prostituição sagrada, é trazido também, nesse artigo, uma citação que Dufour utilizou de um trecho do capítulo 6, versículos 42-44, do livro Baruc, escrito entre o fim do século IV e o final do século II a.C., de acordo com os especialistas:

Quanto às mulheres, elas se cingem de uma corda e se sentam nos caminhos, queimando flor de farinha como incenso; quando, pois, uma delas é recolhida por um dos passantes e com ele dorme, zomba da vizinha por não ter sido escolhida como ela o foi, nem ter sido desatada a sua corda. Tudo o que concerne a eles é mentira: como então pensar ainda ou proclamar que são deuses? (Baruc 6:42- 44, apud BATISTA, 2011, p.193)

A epopéia Gilgamesh, a obra literária mais antiga da humanidade, é um antigo poema épico mesopotâmico, escrito pelos sumérios em torno de 2000 a.C. em que há uma prostituta chamada “Shamhat” como personagem. No conto épico, Gilgamesh, rei de Uruk, irrita os seus súditos por abuso de poder e por sua luxúria desmedida. Eles então se queixam de seu rei ao deus Anu que leva as reclamações a deusa Aruru e pede que ela crie um homem que possa derrotar seu rei em combate. A deusa cria Enkidu a partir da lama, no meio dos animais, para que assim pudesse combater Gilgamesh e fazer com que a paz se restabelecesse no país.

Enkidu, então, passa a encurralar e caçar todos os animais e se torna um problema para os cidadãos de Uruk. Um caçador vai até o rei pedir ajuda. Assim, Gilgamesh envia uma cortesã para seduzi-lo, tirando-o da selva. Uma prostituta sacerdotisa, Shamhat o seduz por uma semana. Depois disso, Enkidu é domesticado e Shamhat cobre seu corpo médio com um pedaço de seu vestido e o atrai a Uruk para a batalha com Gilgamesh. Ou seja, Enkidu é humanizado, seu lado selvagem é deixado de lado, adquirindo mais sabedoria e compreensão. Conforme narra Kamran Nayeri (2018, p.3):

Gilgamesh é dois terços deus e um terço homem, o que o torna o governante mais sábio e mais forte entre todos os mortais. Porém, ele é um governante opressor. Ele detém ‘o direito à primeira noite’ com qualquer noiva e governa impiedosamente o que leva o povo de Uruk a apelar aos deuses em busca de alívio. O deus Anu ouve seu apelo e pede a Aruru, a deusa da fertilidade, para criar outro semideus para manter Gilgamesh sob controle e trazer paz a Uruk. Aruru cria o guerreiro Enkidu de barro e o envia para viver entre os animais das colinas. Enkidu vive com outros animais, come com outros animais e bebe com outros animais. Ele também se torna um problema para os cidadãos de Uruk que também fazem armadilhas para caça. Um desses caçadores vai a Gilgamesh em busca de ajuda para se livrar de Enkidu. Gilgamesh ordena ao caçador que recrute a ‘prostituta sagrada’ no templo dela a fim de resgatar Enkidu da selvageria para Uruk. A tarefa recai sobre Shamhat, uma ‘prostituta sacerdotisa’, que se despe e se deita na grama onde Enkidu passaria. Enkidu, como animal selvagem, cheira Shamhat e fica excitado por ela. Os dois se envolvem em uma orgia de sexo por uma semana. Depois disso, ele é domado e Shamhat cobre o corpo dele com um pedaço de seu vestido e o atrai para a luta contra Gilgamesh em Uruk (tradução nossa).

Sem a visão estereotipada e estigmatizada que se tem hoje, segundo Roberts (1998, p.23), “no poema, uma prostituta desempenha um papel crucial; e ela não é apenas reconhecida como sendo sagrada – seu trabalho também é considerado civilizador”. Desde o início da história até 3.000a.C. aproximadamente, em todo ritual religioso era imprescindível a prostituição sagrada.

“No âmago desta cultura de amor, prazer, e conhecimento, estava a comunhão sexual-espiritual experimentada por Enkidu e praticada pela massa das pessoas até bem adiante na era histórica” (Roberts, 1998, p.24). Na Babilônia, as *entu* e as *naditu* (sacerdotisas de posição elevada da deusa Ishtar) gozavam de prestígios em troca de favores nos templos. “Nessa época, as prostitutas do mais alto escalão do templo eram por direito nato agentes poderosa e prestigiadas; não eram as meras vítimas oprimidas dos homens, tão queridas pelas feminista modernas” (Roberts, 1998, p.25). Além dessas prostitutas, havia outras que não usufruíam de iguais privilégios, como as que trabalhavam fora dos templos: as *Harimtu* que “foram as primeiras prostitutas de rua, operando independentemente e em uma base comercial; mesmo assim, a conexão entre sexo e religião persistia, pois as prostitutas de rua

continuavam a ser consideradas mulheres sagradas protegidas por Ishtar” (ROBERTS, 1998, p. 26).

A autora afirma que, ao sul dessa região, época em que Gilgamesh fora escrito, provavelmente tenha sido criado o código de Lipit-Ishtar, na Suméria, por volta de 2000 a.C. em que são diferenciadas a mulher esposa da mulher prostituta. Pelo código, se a esposa não pudesse gerar filhos e seu marido tivesse filhos com uma prostituta, as crianças seriam seus herdeiros. À prostituta caberia apenas o direito ao provimento de alimentos e vestuário; estaria impedida de viver na mesma casa da esposa enquanto esta vivesse.

Na antiga Grécia, também os povos foram adoradores de deusas, porém, segundo Roberts (1998), as mulheres foram também, gradativamente, perdendo espaço para os ideais patriarcais. Em Atenas clássica, as mulheres já tinham sido subjugadas pelo domínio masculino.

Uma forma de prostituição religiosa continuou a sobreviver durante a era clássica grega; entretanto, era uma sombra da sua forma antiga. Podiam ser encontrados templos por todo território grego, especialmente em Corinto, a “cidade luxuosa do mundo grego”, onde o templo dedicado a Afrodite (reputado como um dos mais ricos templos do mundo antigo) contava com mais de mil “prostitutas sagradas” (ROBERTS, 1998, p. 38)

Eduarda Tavares Peters e Fábio Vergara Cerqueira (2013), em seu artigo “Mulheres em Atenas, no século IV: o testemunho do contra neera, de Demóstenes”, colocam que na Grécia Antiga, nas cidades como Atenas e Corinto, a prostituição era algo cotidiano, integrado à vida em sociedade como uma atividade econômica geradora de impostos. As meretrizes eram divididas em classe: as *pórnē* que trabalhavam em bordéis públicos, cobravam preços mais acessíveis. As *heteras*: “Eram moças belíssimas, atraentes e cultas, sabiam dançar, tocar instrumentos e inclusive tinham conhecimentos filosóficos, por conta desses fatores podendo até escolher seus próprios clientes” (2013, p.73). Consideradas mulheres estrangeiras, cobravam altos preços por seus serviços. Além das *prostitutas sagradas*, que exerciam sua função em templos dedicados à Afrodite, deusa do amor.

Sobre as *heteras*, Roberts (1998, p. 42) comenta: “As hetairae tinham fama de ser excelentes mulheres de negócio- outra falha na visão de muitos historiadores, que consistentemente as retratam como ávidas, implacáveis e gananciosas (todos os defeitos admirados, é claro, nos homens de negócios).”

Ao tratar da mulher da Grécia Clássica, Mossé (1990) afirma que no modelo de mulher, filha ou esposa de um cidadão ateniense, o casamento era a força motriz de reprodução daquela sociedade e que a mulher era a guardiã dos *oikos*. O matrimônio, constituinte do próprio fundamento das mulheres, “estava intimamente ligada à procriação de filhos legítimos destinados a herdar o regime de bens e à sucessão de bens patrimoniais” (p.56).

Engels, no livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1984) corrobora com tais ideias ao afirmar que os gregos, ao institucionalizarem a família monogâmica associada à iniciativa privada, não o fizeram em nome do amor, mas sim a favor de interesses econômicos, e estabeleceram o conflito entre o masculino e o feminino e a opressão daquele sobre esse. Segundo Engels, ao ser retirado da mulher o direito hereditário materno, ou seja, a descendência matrilinear, de mãe a mãe, passando para a filiação masculina e o direito hereditário paterno, ocorreu “o desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (1984, p.61).

Segundo o autor, a passagem do matrimônio à monogamia, constituindo família, deu-se para garantir a fidelidade da mulher e a paternidade dos filhos e entregou a mulher “sem reservas” ao poder do homem. No período da mitologia grega, “as mulheres ocupavam uma posição mais livre e de maior consideração, nos tempos heróicos já vemos a mulher humilhada pelo predomínio do homem” (ENGELS, 1984, p.67). A mulher legítima deveria aceitar as infidelidades do homem, guardar sua castidade, ser fiel, no entanto, não passava

da mãe de seus filhos legítimos, seus herdeiros, aquela que governa a casa e vigia as escravas – escravas que ele pode transformar ( e transforma) em concubinas, à sua vontade. A existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens belas cativas que pertencem , de corpo e alma, ao homem, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia – que é monogamia só para a mulher, e não para o homem. E, na atualidade, conserva-se esse caráter (ENGELS, 1984, p.67)

Nesse mesmo viés, ao analisar o modelo de outras mulheres do mundo grego, Mossé relata que ao homem era permitida a existência da concubina, o que não incorria em adultério:

As cortesãs estão lá para o prazer, as concubinas para as necessidades diárias, as esposas para terem filhos legítimos e serem guardiãs fiéis do lar. A mulher legítima, *gyni*, devia admitir, portanto, que sua função era conceber filhos e cuidar da casa, deixando a outras os prazeres do espírito (cortesãs) e do corpo (as concubinas). [...]. As concubinas (*pallakai*), ao contrário, são de certa forma um gibão da mulher legítima. Mas, ao contrário da esposa, trazida para dentro de casa após um acordo entre duas famílias, a *pallaki* por sua vez é trazida, senão clandestinamente, pelo menos sem que haja qualquer certidão legal que a vincula ao parceiro. É, portanto, uma união revogável em qualquer momento, e não é de estranhar que, quando se

fala de *pallake*, nos textos, quase sempre seja uma jovem pobre ou uma escrava (Mossé, 1990, p. 60/61, tradução nossa).

Segundo a autora, havia mulheres que precisavam negociar seu próprio corpo para sobreviver e

só podiam fazê-lo negociando com a única coisa que lhes pertencia, seus corpos. A mais pobre ou a mais miserável se tornavam *pornai*, prostitutas que trabalhava nas hospedarias de Atenas ou do Pireu. Algumas haviam sido compradas e caíram na categoria das escravas. Outras eram "livres", pelo menos juridicamente. Quanto às "casas", elas pertenceram bem à cidade durante anos. (MOSSÉ, 1990, p.68, tradução nossa)

Para a Mosse, na Grécia Clássica, apenas as cortesãs conheceram a independência. Ao se referir às prostitutas *hetairas*, escreveu:

Mas ao lado dessas prostitutas havia outras que os gregos chamavam de *hetairas*, companheiras, e que reservavam, segundo a expressão do referido pedido, "para o prazer". Essas *hetairas* eram, de fato, as únicas mulheres verdadeiramente livres na Atenas clássica. Saíam livremente, tomavam parte nas bancadas ao lado dos homens, até "recebidas em casa", se tivessem a sorte de estarem nas mãos de um homem poderoso (*Ibid.*)

Ao tratar da prostituição em Roma, Roberts (1998, p. 55) acredita que houve a religião da deusa entre os primeiros romanos já que “o nome de todo o povo - os latinos - originava-se da primeira rainha lendária da raça, Latia, indicando que os clãs eram matriarcais”. Assim como em outras civilizações mediterrâneas, em Roma a linhagem era transmitida pelas mulheres, sendo assim, os reis poderiam governar se se casassem com uma mulher que herdasse a terra e o trono. Porém, também na Roma pré-histórica os homens conseguiram estabelecer formas de casamento patriarcais.

No caso de roma, no entanto, a revolução foi violenta e repentina, com a consequência de os governantes homens conseguiram introduzir algumas das leis mais draconianas do mundo antigo” [...]. O *paterfamilias*, literalmente o pai de família, detinha poder absoluto sobre sua esposa, filhos e escravos, a ponto de ter o direito, conferido por lei, de condená-los à morte e matá-los sem temer represálias ou interferência do Estado (Roberts, 1998, p.55)

As mulheres romanas eram mais livres do que as mulheres gregas,

eram orgulhosas e animadas, valorizando sua independência a tal ponto que, quando o primeiro imperador, Augusto, introduziu leis especificamente destinadas a obrigar as mulheres da classe dominante se casar e ter filhos, muitas delas preferiram se registrar voluntariamente como prostitutas, isentando-se assim de regulamentações (ROBERTS, 1998, p.56).

Adeptos das práticas libidinosas, os antigos romanos tinham a prostituição como “uma profissão natural, aceita, sem nenhuma vergonha associada a essas mulheres trabalhadoras” (ROBERTS, 1998, p.61).

Roberts (1998, p. 62) afirma que, em Roma, foi realizado o primeiro registro das prostitutas da classe baixa, dividindo-as em duas classes: “as *meretrices* registradas e as *prostitutubae* (fonte da palavra prostituta) não registradas”. Segundo a autora, muitas preferiam não se registrar, pois uma vez feito, o nome delas nunca mais sairia da lista. As prostitutas de classe alta não eram obrigadas a se registrar. “Em toda a parte, as prostitutas operavam onde sua habilidade e empreendimento sugerissem; as ruas da cidade eram repletas delas, em todos os momentos do dia e da noite” (1998, p. 64). Trabalhavam em bordéis, tavernas, na ruas, em “banhos públicos onde os romanos iam conversar e relaxar” (*Ibid*, p.65).

Para a autora, especialmente na era vitoriana, os homens da classe dominante desenvolveram um desejo obsessivo pela prostituta virgem. À porta do bordel, era pendurada uma coroa de louro, simbolizando que ali havia uma escrava virgem. Aquele que pagasse mais, defloraria a virgem e era coroado com o ramo de louros.

Como já observado anteriormente, embora muitos historiadores acreditem que não houve versão religiosa da prostituição na antiga Roma, Roberts (1998) acredita que ritos sexuais matriarcais existiram lá. Além da figura de *Acca Larentia* (a mãe de Roma), ela afirma que, posteriormente e já com registros, pode-se saber de Vênus, a protetora das prostitutas. Também *Fortuna Virilis*, era uma deusa “adorada pelas mulheres romanas da classe inferior, que a adoravam enquanto se banhavam nos banhos masculinos, que eram notórias casas de prostituição” (ROBERTS, 1998, p. 67).

Dentre as deusas do império romano, Ísis foi a mais popular. Importada do Egito, “Ísis era considerada uma divindade suprema, abrangendo todos os aspectos das divindades, havia uma forte ênfase em suas qualidades generosas e maternais mas, como sua predecessora Ishtar, ela também era uma deusa prostituta” (ROBERTS, 1998, p. 68). Roberts explica que a popularidade dessa deusa era tão positiva que levou o Estado romano a perseguir suas seguidoras, mas sem êxito. A religião de Ísis se espalhou por Roma e até Grã-Bretanha, mulheres comuns, escravas, mulheres de classes superiores adoravam a deusa.

Em Roma, dançar era uma atividade muito apreciada por todas as classes, as prostitutas-artistas eram dançarinas profissionais ou escravas detentoras dessa arte.

Embora as dançarinas não fossem primordialmente prostitutas, muitas delas suplementavam seus ganhos através da venda de serviços sexuais e conseguiam obter algum grau de luxo em suas vidas, vivendo com uma certa grandeza. Às vezes algumas dessas dançarinas-prostitutas conseguiam atingir o topo da hierarquia das prostitutas, adquirindo o *status* das invejadas *delicatae* e *famosae* cortesãs, que eram o equivalente romano das *hetairae* gregas. mas a maioria destas prostitutas de elite eram na verdade provenientes de famílias “respeitáveis”, instruídas, bonitas e

realizadas; conseqüentemente, sentem-se perdidos para explicar por que elas escolheram a prostituição como profissão.[...] Mas a razão mais importante para uma mulher bem nascida se tornar cortesã era, evidentemente, ser financeiramente autônoma, sem depender de nenhum homem (ROBERTS, 1998, p.71/2).

### Comparadas às *hectaire* da antiga Grécia, as *delicatae*

Também como as cortesãs gregas, elas criaram sua cultura própria cultura singular e diversa, desprezando a posição subordinada da “respeitável” matrona romana e preferindo manter a antiga tradição das prostitutas de completa autonomia sexual, de não "pertencer" a nenhum homem . As cortesãs romanas orgulhavam-se de sua educação, inteligência, beleza e independência; e se reconhecem como as verdadeiras “mulheres livres” de Roma. Talvez seja por isso que as esposas da classe dominante romana tanto as invejassem e se ressentissem delas. Este antagonismo entre dois grupos de mulheres ocorre em toda a história, e no seu âmago está a maior de todas as ironias: o fato de que a esposa precisava da prostituta para se vangloriar do seu próprio *status* .Afim, se a “Má” mulher não existisse, com quem a “Boa” mulher (ROBERTS, 1998, p. 75/6)

Roberts (1998) lembra ainda das “seguidoras de acampamento”, trabalhadoras do sexo, pouco lembradas pela história, que eram escravas capturadas e levadas pelos soldados em suas longas jornadas em prol da expansão militar romana e do policiamento de suas fronteiras. Eram elas que além de exercer todas as atividades domésticas consideradas femininas, davam o prazer sexual aos soldados. Onde quer que os soldados se acampavam, ali se estabelecia um bordel. Numa sociedade escravocrata, onde a massa trabalhava para enriquecer uma minoria, com a atividade sexual não era diferente. Crianças e mulheres, escravas sexuais satisfaziam os desejos daqueles que tinham dinheiro.

A autora explica que a prostituição era atividade aceita, negociada e lucrativa na antiga Roma .

A prostituição em todos os níveis estava arraigada à economia romana. sem nenhuma vergonha ao estigma associado aos compradores ou aos vendedores dos serviços sexuais - desde o ‘divino’ imperador até o mais reles escravo, ela era simplesmente mais uma atividade da sociedade. Ainda existiam elos tênues com a prostituição sagrada e **a noção de ‘pecado’ não estava envolvida na instituição** ( ROBERTS, 1998, p. 77, grifo nosso).

A partir de 337 quando , em seu leito de morte, o imperador Constantino tornou-se cristão, o Cristianismo passou a ser a religião oficial de toda a estrutura imperial. Apesar de as prostitutas não terem sido eliminadas com a queda da antiga Roma, sua tradição cultural sim.

após a queda da civilização romana que **a nova religião do Cristianismo completou seu golpe sobre o dogma oficial**. Os homens que estavam no poder começaram a aceitar tacitamente a ideia de que a prostituição era um mal e uma ameaça de corrupção para o resto da sociedade .**Estava se iniciando o prelúdio de uma nova era do ódio à mulher**. (ROBERTS, 1998, p.77, grifo nosso).

Roberts (1998, p.81) completa que Maria Madalena, infelizmente, concedeu aos cristãos o modelo da “Prostituta arrependida (um estereótipo que continua popular até hoje na sociedade ocidental”. Segundo a autora, a igreja ignorou, ao tratar da mãe de Jesus e de Maria Madalena, todo princípio feminista e “passou a se tornar cada vez mais misoginista, com suas doutrinas e ideologias moldadas pelas preferências de São Paulo, Santo Agostinho e outras relíquias patriarcais do Império Romano”. E acrescenta que se deve a São Paulo o afastamento das mulheres de todas congregações, pois, no início do Cristianismo, era comum mulheres terem posições iguais aos homens na Igreja. Suas ideias tornaram-se regras dentro da religião, institucionalizando, assim, a misoginia.

Para a autora, até o fim da Idade Média, apesar de o adultério e o sexo fossem pecados inaceitáveis, o público masculino achava a vida sem sexo extraconjugal insuportável e, por isso, as prostitutas gozavam de certa liberdade e status chegando a formar uma federação em Paris e ser proprietárias de bordéis, sendo a prostituição uma chance de mobilidade social, e meio de estabelecer um negócio na velhice. Roberts (1998, p.127) afirma:

O quadro geral da prostituição na Europa Ocidental medieval confirma que os últimos vestígios de uma conexão religiosa foram extirpados com o advento da Igreja Cristã. Agora a profissão estava completamente secularizada; apesar disso prosperava sob as novas condições do mercado. Mas esta situação não iria perdurar por muito tempo: uma época de selvagem repressão estava a caminho, com a chegada dos reformadores do século XVI. Ironicamente, iriam ser estes protestantes fanáticos que conseguiriam ter sucesso em popularizar a noção católica de que a sexualidade era a raiz de todos os males. E quem melhor para se responsabilizar do que a prostituta?

Compactuando com essa ideia, Faramerz Dabhoiwala (2013), professor de História do Exeter College, de Oxford, diz que, em todas as épocas, houve algumas duras punições contra algum tipo de imoralidade sexual. Se tanto a filosofia greco-romana quanto as escrituras hebraicas trataram o sexo como algo impuro, bestial e capaz de corromper homens e mulheres, os preceitos cristãos, além de absorverem essas ideias, foram ainda mais severos.

A Lei Judaica tinha sido relativamente tolerante à fornicação entre homens e mulheres solteiros, ao uso de prostitutas gentias pelos homens, e à existência de concubinas — na verdade, como registra a Bíblia, os antigos hebreus muitas vezes tinham mais de uma esposa. Em seus primeiros séculos, o cristianismo também parece ter tolerado o concubinato. De um modo mais geral, no entanto, os líderes da nova religião interpretavam os mandamentos de Deus como proibitivos de qualquer ato sexual fora do casamento: este era o caminho da perdição e do fogo do inferno. Muitos deles eram tão avessos às relações sexuais que viam mesmo o casamento como um estado menos puro e desejável que o celibato completo (FARAMERZ, 2012, p.20)

O Renascimento (século XIV) trouxe a redescoberta e ressurreição dos valores greco-romanos em que o domínio público da política e dos negócios pertencia ao homem e à mulher “esfera privada- e inferior- da vida doméstica” (ROBERTS, 1998, p. 129). Também fez renascer uma outra organização clássica: a cortesã. A Itália, na época uma região economicamente mais avançada entre os países europeus, foi o berço do renascer do Classicismo e da Razão e palco do florescimento da prostituição. A pesquisadora compara cortesãs às *hetaires* gregas embora aquelas não pudessem gozar do carisma religioso dessas. As cortesãs eram mulheres bonitas, instruídas, ricas e independentes. Em suas casas luxuosas, recebiam artistas, filósofos, políticos e satisfaziam os desejos sexuais e necessidades sociais de homens que, muitas vezes, confinavam as esposas ao espaço de sua casa. As *puttanas*, prostitutas de rua, não usufruíam da vida rica e luxuosa das cortesãs.

Segundo Roberts (1998), o processo de marginalização das prostitutas começou com a explosão do Protestantismo conhecida como Reforma no século XVI. Tendo inicialmente o objetivo de acabar com a corrupção da Igreja Católica, o protestantismo além de quebrar o monopólio da Igreja católica, garantiu a solidificação dos valores capitalistas, propondo uma sociedade purificada, temente e obediente a Deus e guiada pelo trabalho. Obedientes aos preceitos bíblicos, mais uma vez afirmava que o propósito de ser mulher era de gerar filhos, casar-se e subordinar-se à vontade do marido. Os ideais da Reforma, “garantiu que a divisão esposa boa/prostitutamá iria se tornar ainda mais profundamente enraizada na civilização ocidental” (ROBERTS, 1998, p.142)

Dentro do Cristianismo, a ideia do sexo associada ao pecado e à vergonha, foi ganhando cada vez mais força. Dabhoiwala, assim como Roberts (1998), afirma que Santo Agostinho (354-430) foi o maior divulgador dessa visão negativa sobre o sexo nos preceitos cristãos ocidentais. Apesar de ter levado uma vida de luxúria, depois de convertido ao Cristianismo, passou a vê-la como o “mais perigoso de todos os impulsos humanos” (DABHOIWALA, 2013, p.21).

O Cristianismo incutiu a ideia de sexo associado ao pecado original de Adão e Eva. E, por esse pecado, a humanidade fora marcada e manchada - ideia que se estendeu até nossos dias-, instalou-se o dualismo entre corpo *versus* alma, característica tão presente na luta dos poetas do Barroco em tentar conciliar, em seus versos, a união entre matéria e espírito. Assim sexo só poderia ser aceito, digno e divino quando realizado para a procriação.

Ao tratar do tema “Adulterio”, Morga e Fáveri ratificam essa ideia ao afirmar que

O Direito Romano criou a noção de fidelidade conjugal e estabeleceu penalidades nas áreas civil e penal, e o ofendido podia fazer justiça com as próprias mãos, matando a esposa adúltera, pois considerava o adultério crime contra a autoridade do pater-famílias. No período medieval, a igreja cristã fez sacralizar o casamento, dogma que confinou o erotismo e a sexualidade voltada a (*sic*) reprodução (2019, p.30/1)

Na Bíblia, ao recorrer ao Antigo Testamento, em Deuteronômio 23:17-18, por exemplo, está escrito que Deus tem repugnância às prostitutas e aos prostíbulos. No versículo, ainda se lê: “não haverá prostitutas entre as filhas de Israel”. Pode-se ainda trazer Gênesis, em que a prostituição é vista como sinônimo de promiscuidade feminina como exemplifica a citação de Ezequiel 16:35-42:

<sup>35</sup> Portanto, ó meretriz, ouve a palavra do Senhor.

<sup>36</sup> Assim diz o Senhor Deus: Por se ter exagerado a tua lascívia e se ter descoberto a tua nudez nas tuas prostituições com os teus amantes; e por causa também das abominações de todos os teus ídolos e do sangue de teus filhos a estes sacrificados,

<sup>37</sup> eis que ajuntarei todos os teus amantes, com os quais te deleitaste, como também todos os que amaste, com todos os que aborreceste; ajuntá-los-ei de todas as partes contra ti e descobrirei as tuas vergonhas diante deles, para que todos as vejam.

<sup>38</sup> Julgar-te-ei como são julgadas as adúlteras e as sanguinárias; e te farei vítima de furor e de ciúme.

<sup>39</sup> Entregar-te-ei nas suas mãos, e derribarão o teu prostíbulo de culto e os teus elevados altares; despir-te-ão de teus vestidos, tomarão as tuas finas joias e te deixarão nua e descoberta.

<sup>40</sup> Farão subir contra ti uma multidão, apedrejar-te-ão e te traspasarão com suas espadas.

<sup>41</sup> Queimarão as tuas casas e executarão juízos contra ti, à vista de muitas mulheres; farei cessar o teu meretrício, e já não darás paga.

<sup>42</sup> Desse modo, satisfarei em ti o meu furor, os meus ciúmes se apartarão de ti, aquietar-me-ei e jamais me indignarei. (Ezequiel 16:35-42)

Como o corpo é templo do Espírito Santo, segundo a Bíblia, a prostituição é vista como “abominação aos olhos do Senhor”. Em Romanos 6:13, afirma-se que o desejo de Deus é que permaneçamos puros e usemos os nossos corpos como instrumentos para o Seu uso e glória. Em I Coríntios 6:13 diz: "O corpo não é para a impureza, mas, para o Senhor, e o Senhor, para o corpo." Pelo descumprimento dessa lei divina, a meretriz seria duramente perseguida até o século XVIII. Até o século XVI, segundo Famerz Dabhoiwala (2013), toda comunidade se incumbia de vigiar os preceitos de castidade e monogamia. Buscando criar uma sociedade livre do pecado, adúlteros, sodomitas, prostitutas eram ridicularizados e até mortos por um vizinho ou por alguém da sociedade em geral. Com a Revolução Industrial, a criação da imprensa, o êxodo rural e crescimento das cidades tornaram impossível esse monitoramento.

Segundo o Dabhoiwala (2013), entre os séculos XVI e XVIII, a igreja católica fazia vista grossa à existência dos bordéis e à vida de luxúria em que se deleitava parte dos clérigos. A reforma protestante, entretanto, foi inflexível quanto ao combate do sexo fora do casamento.

A visão protestante convencional anterior era que as prostitutas comuns eram as piores entre os réprobos sexuais. Elas recebiam as punições mais severas: açoitamento sumário, prisão e trabalhos forçados. Durante a década de 1650, quando o Ato Contra o Adulterio as tornou sujeitas à execução, centenas foram simplesmente detidas, separadas à força de seus amigos e parentes, e transportadas por milhares de milhas, cruzando o oceano até as índias Ocidentais, sem nem mesmo um julgamento. Toda cultura da disciplina sexual dependia dessa severidade. Pois a terrível ameaça que as prostitutas lascivas e cobiçosas representavam para a sociedade estava abundantemente ilustrada na Bíblia, e profundamente gravada na mente dos homens e mulheres comuns. As prostitutas não tinham uma licença especial, nenhuma função necessária: muito pelo contrário. Qualquer mulher incasta era uma prostituta; a promiscuidade reiterada apenas aprofundava seu pecado e sua monstruosidade (DABHOIWALA, 2013, p.418)

A Contrarreforma, lançada pela Igreja Católica, para arrebanhar novamente fiéis, visava a erradicar a corrupção dentro de sua instituição e a conquistar um ideal moral superior. Assim, Catolicismo e Protestantismo passaram a disputar por uma reforma ainda mais severa em relação à moralidade sexual. Os protestantes eram, contrários ao celibato, mas intolerantes quanto ao sexo fora do casamento o que era permitido pelos católicos medievais por acreditarem que a natureza do homem era fraca. “Lutero era de opinião que o próprio sexo era ‘sujo’ e Calvino foi célere em enfatizar a natureza nociva do prazer sexual”. Proclamavam que os homens deveriam buscar a perfeição moral na terra e também e que teriam um fim terrível “todos aqueles que - como a prostituta - ficavam às margens da vida sexual e fora das instituições aceitas do casamento e do sacerdócio” (ROBERTS, 1998, p.141).

Apesar das lutas e perseguições, a reforma não conseguiu eliminar o comércio do sexo, pois a oferta e procura continuaram vivas e pulsantes. “A grande ‘onda’ de moralismo que abriu o século XVI foi incapaz de ‘limpar’ tudo embora tenha conseguido um certo sucesso em aterrorizar as classes interiores em geral e as mulheres em particular” (*Ibid*, p. 157).

A partir do século XVII, a Revolução Industrial, nascida no berço do Iluminismo, o Antigo Regime (Absolutismo, mercantilismo, clericalismo) trouxeram novos meios de produção, uso da energia e de máquinas. Formou-se um novo operário assalariado, tornando a força de trabalho numa mercadoria. “A Revolução Inglesa da primeira metade do século

XVII, [...] foi o primeiro julgamento do Absolutismo” (*Ibid*, p.170). De 1649 a 1658, ocorreu a revolta denominada Revolução Puritana, um breve período em que a Inglaterra se constituiu em uma República, com a abolição da monarquia vigente à época e a execução pública do rei, porém Carlos II conseguiu restaurar a monarquia. mesmo que a sociedade por ele governada estivesse em transformação. Roberts acrescenta que fora a economia monetária a responsável por ruir os velhos costumes feudais até culminar com a Revolução Industrial do Século XVIII. Embora tenha perdido o controle das finanças, a aristocracia inglesa ditou os moldes das indulgências sexuais para o restante da sociedade por mais de um século. “Desmoralizada, pela decadência do seu antigo mundo, eles começaram a perseguir os seus prazeres com desespero, um cinismo e um desespero crescente: a bebida, a prostituição, o jogo eram a ordem do dia” (*Ibid*, p.171). A corte de Carlos II da Inglaterra, representante máximo desse modelo, “era uma famosa colmeia sexual que fervilhava de intrigas e escândalos; lá, os casos com as cortesãs e as amantes tomavam pelo menos tanto tempo e energia quanto os negócios do Estado” (*Ibid*, p. 172). Muitas cortesãs fizeram fortuna e conseguiram prestígio na sociedade.

Uma das manifestações culturais mais impactantes dos Puritanos fora o fechamento e a conseqüente demolição dos teatros. Com Carlos II, os teatros foram reinstalados com nova arquitetura e modos de apreciação advindos da França onde estivera exilado, além da permissão da participação de atrizes para os papéis femininos. Roberts (1998) explica que três tipos de prostitutas percorriam pelo auditório. As mais caras andavam pela plateia e camarote onde ficavam cortesãos e nobres. O meio era frequentado por mulheres de preço intermediário; e, no andar superior do povo, circulavam as meretrizes baratas ou prostitutas de rua. Roberts chama a atenção de como, nas peças, era representado o fato de o freguês contrair doença venérea da prostituta e nunca o contrário. Muitas atrizes, por serem mal remuneradas, usavam o palco para atrair um casamento próspero ou tornavam-se prostitutas. Assim, logo se associou o termo atriz ao de prostituta.

Em busca de novas experiências sexuais, o século XVIII, a era da devassidão, assistiu à abertura de novos bordéis com um novo cardápio para o apetite sexual: voyeurismo, sadomasoquismo, defloração, flagelação, carícias sem ato sexual para todo tipo de demanda: reis, clero, alta nobreza. Roberts escreve que o comércio do sexo se expandiu como nunca antes através de uma intensa propaganda em que proprietários de bordéis colocavam homens

para distribuírem cartões pelos bairros de Paris exaltando as competências e especialidades das prostitutas.

A burguesia que se ascendeu com a Revolução Industrial precisava de um argumento para fincar sua identidade em relação aos valores defendidos pela nobreza, o caminho escolhido foi o da moralidade. Os pensadores do Iluminismo como Voltaire, Diderot, Montesquieu, apoiados pela burguesia, buscaram na democracia ateniense, como fizera a Renascença, o ideal de mulher. “Mais uma vez, as mulheres deveriam ser separadas dos homens e não ser tratadas como iguais, ficando confinadas ao lar e à vida doméstica e se dedicando à maternidade”. Rousseau, “o mais sistemático e influente” pensador do Iluminismo estabeleceu uma ligação direta com a Reforma idealizando o perfil de mulher nos moldes atenienses, atribuindo-lhe a maternidade- gerar e criar filhos- como profissão; além de ter sido criadas para “encantar os homens” (*Ibid*, p. 199)

A partir do século XIX, a burguesia alcançou o cimo das atividades políticas, econômicas e ideológicas e a família passou a ser usada como sustentação do modelo patriarcal de sucessão da propriedade. Através das ciências, foram incutindo nas mulheres a ignorância sobre seus próprios corpos e desejos. “Assim, o homem vitoriano criou a nova Madona - a criatura pura e assexuada da sua própria fantasia” (*Ibid*, p. 265). A prostituta voltou a ser um mal necessário, mas associada ao sujo. Se a sexualidade dos homens era vívida e latejante, era preciso afastá-la da família e depositar seus desejos nas prostitutas.

Morga e Fáveri (2019, p.33) acrescentam que a literatura e o positivismo oitocentistas foram responsáveis por criar um modelo de mulher para o século XIX. Os autores, por exemplo, Eça de Queirós, Lúcio de Mendonça traziam lindas personagens femininas que tinham seus desejos castrados, sua intimidade e individualidade submetidos à família, à autoridade masculina patriarcal.

[...]um modelo de mulher casta e sob o jugo de seus maridos, justificando a inferioridade das mulheres na diferença sexual e na sua natureza voltada à procriação, destituindo-as da participação política e da cidadania, portanto, se cometesse adultério, seria falta grave. Estas ideias foram transformadas em verdades científicas no século XIX, com o advento da *privacy* e do controle mais rígido sobre os corpos: a adúltera é comparada a (*sic*) prostituta porque não cumpre seu papel de esposa fiel, honrada, casta, cordata e submissa, valores importantes para afirmação dos estados nações e na preservação dos laços consanguíneos e direito de herança. (*Ibid*)

Às portas da Primeira Guerra Mundial, as prostitutas foram perseguidas, ameaçadas, registradas, reprimidas e oprimidas. Bordéis foram regulamentados como meio de solução para o mal da prostituição. Com a disseminação da sífilis em todos os níveis da sociedade da época, a prostituta era responsabilizada por sua disseminação. Em resposta à regulamentação, surgiram os abolicionistas. Infiltrados pelo discurso moral bíblico, viam a expurgação da prostituição a solução, pois, “uma vez abolido, terminaria com todos os hábitos deploráveis” (*Ibid*, p. 304). Para tanto lançou-se a agenda da pureza social, sendo, segundo Roberts, uma catástrofe para a vida das prostitutas.

As mudanças econômicas, políticas ocorridas e o surgimento de movimentos feministas, durante o século XX, mudaram o panorama social e abalaram a divisão rígida entre o público (esfera masculina) e o privado (esfera feminina). Para Roberts (1998), entre 1950 e 1950, os temas relacionados ao sexo foram uma reprise dos temas abordados no durante o século anterior, mas a visão da prostituta como um “mal social” se esvaiu, pois o assunto tinha sido esgotado.

De acordo com Azevedo e Santana (2013, p.92)

O surgimento das sociedades industriais trouxe uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais que afetaram de maneira decisiva o discurso contemporâneo sobre a sexualidade. O estabelecimento do capitalismo e da classe burguesa, assim como a crescente concentração urbana, trouxe modificações profundas e duradouras não apenas nas relações sociais e econômicas, mas também no campo das organizações familiares e das relações afetivas e sexuais.

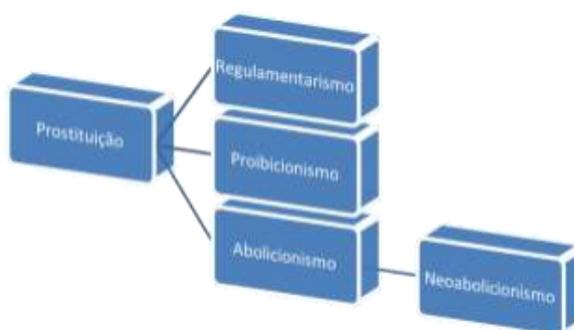
A expressão máxima desse discurso sobre sexualidade surgiu com os movimentos sociais de 1968 que “sem romper totalmente com a lógica e mecanismos de saber/poder engendrados pelo dispositivo de sexualidade, anunciaram a desconstrução dos pilares da moral sexual colocada em prática pela sociedade burguesa do século XIX e início de século XX” (*Ibid*, p. 93)

Segundo as autoras, o modelo do patriarcado gradativamente foi desconstruído “dando lugar a configurações familiares e a modalidades de laços sexuais e afetivos mais flexíveis e adequados às rápidas e constantes transformações da economia capitalista” (p.95), entretanto, a conjugação mais adequada do verbo, pensando especificamente no Brasil, seria “está sendo construída” visto que, infelizmente, há muito a caminhar para que a sociedade brasileira erradique todos os modelos patriarcais, principalmente, em um momento político em que vários desses modelos despertaram.

## 2.1 OS MODELOS LEGAIS: enquadramento da prostituição - uma síntese

Ao longo da história, o tratamento à prostituição teve diferentes abordagens e diferentes modelos jurídico-políticos foram elaborados dependendo do contexto social. Em muitos países- como Alemanha, Áustria e Suíça- , a prostituição já é legalizada, reconhecida como profissão.

**Figura 1-** Modelos jurídicos do trabalho do sexo



**Fonte:** Trabalho de Conclusão de Curso, Lucas Dias (2017, p.46)

### 2.1.1 Modelo proibicionista

Adotado em países como Estados Unidos (EUA), na China, em Malta, na Eslovénia, esse modelo criminaliza todas as pessoas envolvidas no meretrício: prostituta, proxeneta e cliente, pois vê a prostituição como uma chaga social a ser erradicada. Conforme Nucci (2014, p. 69),

o modelo proibicionista vê a prostituição como um grave atentado contra os direitos humanos, uma clara manifestação da violência contra as mulheres e um símbolo inequívoco de exploração sexual. Deve-se, então, proibir e sancionar a venda e a compra de serviços sexuais. Não há distinção entre prostituição voluntária ou forçada; entre prostitutas e prostituidores.

Diversas críticas são feitas a esse sistema. Nucci (2014, p. 69), argumenta que ele

simplesmente olvida os desníveis sociais existentes em sociedade, pretendendo que pessoas pobres continuem nesse patamar socioeconômico, em lugar de conseguirem elevar os ganhos por meio de uma atividade individual de comércio do corpo que em nada prejudica terceiros. Consagra, ainda, a hipocrisia de proibir algo menos danoso do que outras atividades e produtos, como a ingestão do álcool (vide o exemplo americano). Além disso, enquanto proíbe a prostituição, a indústria do sexo em todos os seus demais aspectos (sexo pela *internet*, pelo telefone, camuflado a domicílio, em clubes, nas saunas, etc.) corre solta.

Para Tavares (2002, p.3), são os setores mais conservadores e puritanos da sociedade que defendem este modelo. Esta proibição não elimina a prostituição, antes favorece a sua clandestinidade. Ela explica que esse sistema foi usado em Portugal a partir de 1963 e descartado em 1983. Houve lá a despenalização do ato de prostituição e a criminalização do lenocídio.

### **2.1.2 Modelo regulamentarista x Modelo regulador ou legalizador**

O regulamentarismo vigorou em quase todos países europeus, no decorrer de grande parte do século XIX, tendo a França como pioneira. O sistema de regulação estatal exigia

registo de prostitutas, exames médicos obrigatórios pagos pelas próprias, internamento compulsivo em instituições quando estivessem infectadas com doença venérea. Os homens, envolvidos na qualidade de clientes, ficavam de fora, já que a raiz de todo o mal (a sífilis) estaria na mulher. A primeira regulamentação da prostituição, em Portugal, surgiu em 1853 (Regulamento sanitário das meretrizes do Porto). Em 1858 foi decretada uma regulamentação mais geral que obrigava as prostitutas a matricularem-se num livro de registo na repartição da polícia ou no governo civil (TAVARES, 2002, p. 2).

O que se nota é que o regulamentarismo tradicional não tinha a intenção de proteger as prostitutas e garantir-lhes direitos e sim, isolá-las, distanciá-las das “boas” pessoas e dos “bons” costumes.

A regulamentação da prostituição, segundo Nucci (2014), pode ser realizada considerando dois fatores. O primeiro considera a prostituição um fato social irradicável e, por isso, deve ser regulada a fim de manter a saúde e ordem públicas o que presuppõe a regulamentação. O segundo, modernamente, vê a regulamentação pela ótica do contrato acordado por maiores de idade que têm liberdade de autodeterminação para realizarem tal acordo. Assim, ao ser regulamentada pelo estado, a prostituta passa a constituir-se como trabalhadora sexual; o proxeneta, empresário e o prostituidor, cliente. Assim, para Tavares (2002, p.4), essa visão mais moderna propicia “as mulheres que vivem da prostituição terem “enquadramento legal, conferindo-lhes direitos e deveres associados a essa actividade: acesso aos sistemas públicos de saúde, segurança social, associação, cobrança de impostos”

Ao tratar de outras pessoas envolvidas, Tavares diz ser corrente o uso do termo “Descriminalização”, a fim de haver menor estigmatização de quem vive da prostituição, “Desta forma, descriminalizam-se também todos os agentes envolvidos, sendo que o Estado deveria acentuar o combate ao tráfico e à exploração do que se designa por “prostituição forçada”. (TAVARES, 2002, p.4)

Países como Alemanha e a Holanda são referências do modelo regulador/legalizador em que bordéis são aceitos desde que tenham alvarás, a prostituição autônoma são práticas lícitas, mas punem a prostituição infantil e juvenil.

### **2.1.3 Modelo abolicionista e neo abolicionismo**

Realizado em 1924 pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, o 1º Congresso Feminista e da Educação português discutiu e aprovou uma tese sobre abolicionismo apresentada por Arnaldo Brandão. No abolicionismo, a prostituta é vista como vítima de aliciadores e donos de bordéis. Ela nunca agiria por vontade própria, é sempre coagida. Esse modelo pensa a prostituição como

[...] uma forma de violência sobre as mulheres, que restringe as suas liberdades e cidadania. Desta forma, considera as prostitutas vítimas desse sistema de exploração, procura reintegrá-las socialmente e condena quem vive da prostituição de outro: o proxenetismo. A maioria dos países europeus situam-se neste sistema. Contudo, nas posições feministas pelo abolicionismo misturam-se, em alguns casos, elementos de conservadorismo vindos de outros sectores da sociedade. (TAVARES, 2002, p.3)

Decorrente do movimento feminista antiprostituição, a partir do século XXI, tem-se falado do neo abolicionismo ou abolicionismo sueco. Nele, a prática da prostituição é vista como algo que perpetua a desigualdade de gênero e, por isso, deve ser erradicada. Defende a ideia também de que a clientela deve ser responsabilizada.

A ideia central defendida por este movimento é que no abolicionismo do século passado, o cliente ficava invisível, dado que os homens são educados para dominar pela força, pelo dinheiro e pelo sexo. Nesta nova forma de abolicionismo, seriam eles o alvo fundamental, pois se não existissem clientes, não haveria prostituição (*Ibid*, p. 4).

Tavares (2002) expõe que neo abolicionismo luta contra o sistema que controla a prostituição, pelo fim do proxenetismo e de qualquer outra forma de exploração sexual da indústria do sexo e, também, pela criminalização e conscientização dos clientes.

### **2.1.4 Modelo misto**

Nucci (2014) considera misto o sistema usado, como no Brasil, em que a prostituição não é regulamentada nem abolida, não há a criminalização nem de quem se prostitui nem do

cliente. Apesar de a prostituição não ser vista como atividade laboral em lei, é reconhecida como ocupação em âmbito administrativo do Ministério do Trabalho (MTE).

## **2.2 A história do trabalho do sexo no Brasil**

Ao ler a “Carta” redigida por Pero Vaz de Caminha, em 1º de maio de 1500, encontram-se os objetivos da coroa em relação ao Brasil. Entre eles, disseminar a religião católica e costumes eurocêntricos. O escrivão além de reconhecer a fertilidade da terra, acreditava que havia semente melhor para ali plantar: “Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.”

A nudez das índigenas ia de encontro aos preceitos cristãos, ligada ao pecado e, ao mesmo tempo, ao desejo e à sedução. O versículo 28 de Gênesis 1, da bíblia, ilustra bem a situação do início da colonização no Brasil: “Sede férteis e multiplicai-vos! Povoai e sujeitai toda a terra[...]”. À medida que o processo de colonização se estendia, iam surgindo concubinatos, amaziatos e também relações sexuais livres, pois havia muitos homens brancos, pouquíssimas mulheres brancas e muitas negras. A nobreza portuguesa tinha vários filhos com a indígena ou com a escrava negra. A prostituição ocorria em grande escala.

A princípio, tudo isso era aceito pela Metrópole que entendia a necessidade de aumentar a população na colônia, mas a miscigenação era preocupante aos olhos dos jesuítas, tanto que, em 1549, Padre Manuel da Nóbrega escreveu ao Rei pedindo que enviasse mulheres brancas à Colônia a fim de tornar a raça branca predominante. No entanto, gradativamente a igreja foi colocando a mulher “em seu lugar”, estabelecendo as normas definidas pelo Concílio de Trento (1543-1563) que sacramentou o casamento, passando a exigir o registro de batismo, casamento e mortes.

O livro “História das Mulheres no Brasil” (2004), organizado por Mary Del Priore, reúne ricos artigos de caráter científico escritos a partir de pesquisas, da análise documental para discorrer e montar uma imagem das mulheres brasileiras entre os séculos XVI e XVIII, tão importante para a construção dos vários aspectos relacionados ao feminino no Brasil. Nesse livro, Araújo, em “A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia”(2004) traz o drama do despertar da “sexualidade feminina”. À mulher não era dado o direito de escolher e

sim de ser escolhida- se seguisse os bons costumes e a moral- e de ter o casamento aprovado pelo pai.

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade (ARAÚJO, 2004, p. 37).

Além das sementes de dominação, aculturação, também foram plantadas as sementes do moralismo, as ideias de corpo vistas pelas lentes do catolicismo, do direito de propriedade, do sexo condicionado a algo impuro, relacionado ao demônio, ao pecado, destinado apenas à procriação segundo os preceitos do casamento cristão. Assim, a mulher carregava o fardo do pecado desde Eva, pois “estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca” (ARAÚJO, 2004, p.37). À mulher cabia interiorizar e seguir as regras de conduta que a mentalidade misógina da época acreditava ser delas: ser mãe, cuidar da família e das atividades domésticas, obedecer ao marido, procriar.

Araújo (2004, p.38), citando um tratado de Heinrich Krämer e Jakob Sprenger de 1486, ilustra a construção da imagem da mulher ligada à feitiçaria. “Animais imperfeitos” já que foram criadas a partir da costela de Adão, as mulheres são prolixas, propensas a encarnar o demônio desde que foi enganada pela serpente (personificação do mal) e, assim, “predispunha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados e conferidos por Satanás”.

A mulher “de família” também carregava consigo o pecado original, por isso, “repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada” (ARAÚJO, 2004, p.40)

As meninas de 12 anos ou até mais novas já podiam se casar e devido às preocupações com a sexualidade despertada

[...] desde muito cedo a mulher devia ter seus sentimentos devidamente domesticados e abafados. A própria Igreja, que permitia casamentos tão precoces, cuidava disso no confessional, vigiando de perto gestos, atos, sentimentos e até sonhos, como instruem os manuais de confessores da época,[...] (ARAÚJO, 2004, 42).

Segundo a historiadora Mary Del Priore, tanto a igreja quanto a medicina da época contribuíram para o "adestramento" das mulheres, nesse período, pois a medicina era aplicada pela cartilha da Igreja.

O processo de adestramento pelo qual passaram as mulheres coloniais foi acionado através de dois musculosos instrumentos de aço. O primeiro, um discurso sobre padrões ideais de comportamento, importado da Metrópole, teve nos moralistas, pregadores e confessores os seus mais eloquentes porta-vozes. Elementos para este discurso normatizador já se encontravam impregnados na mentalidade popular portuguesa - e mesmo européia [...] cabendo à Igreja Metropolitana adaptar valores caros e conhecidos das populações femininas, para um discurso com conteúdo e objetivo específicos. Esse discurso foi pulverizado sobre toda a atividade religiosa exercida na Colônia, dando especial sabor normativo aos sermões dominicais, às palavras ditas pelo padre no confessionário, às regras das confrarias e irmandades, aos "causos" moralizantes, aos contos populares, aos critérios com que se julgavam os infratores das normas, através da "murmuração" e da maledicência. A mentalidade colonial foi sendo assim lentamente penetrada e impregnada por este discurso (PRIORE, 1990, p.20/21)

O outro instrumento utilizado para a domesticação da mulher foi o discurso normativo médico, ou "físico".sobre o funcionamento do corpo feminino. Este discurso dava caução ao religioso na medida em que asseverava cientificamente que a função natural da mulher era a procriação. Fora do manso território da maternidade, alastrava-se a melancolia, vicejava a luxúria, e por tudo isso, a mulher estava condenada à exclusão. (*Ibid*, p. 22/23)

O discurso moralizante da Igreja aliado ao projeto de colonização portuguesa foi criando o estereótipo de mulher ideal cujo espaço era restrito à casa e à família. Os espaços em que o lar era constituído “apenas por mães, filhas, sobrinhas e parentes em idades sexualmente ativa, contribuíam para a estigmatização da conduta inversa àquela desejada pelo modelo metropolitano e tridentino. Nascia, no cenário destes “fogos” (domicílios), o arquétipo da mulher-sem-qualidades” (*Ibid*, p. 106).

Nos fogos comandados por mulheres, era comum usarem seus corpos como queriam. Trocavam de companheiros, ensinavam à prole a leitura e o cálculo; davam lições de sobrevivência como plantio de algodão; passavam maneiras de evitar a gravidez usando esponjas na vagina e usos de métodos abortivos. Tudo isso

colocava em cheque todo o projeto edificante e moralizador que tinha a Igreja para este segmento feminino. A sacralização do papel social da mãe passava, portanto, pela constatação do seu avesso: a mulher mundana, lasciva e luxuriosa, para quem a procriação não era dever, mas prazer. As mulheres que viviam em ambiguidade destes dois papéis foram sistematicamente perseguidas, pois o uso autônomo da sexualidade feminina era interpretado como revolucionário, e contrariava o desejo da Igreja e do Estado de colocar o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal e do projeto colonizador.

A tentativa por parte dos poderes institucionais de tolerar o sexo transgressor materializou-se na elaboração de um conceito moral sobre a mulher que transgredia -

a puta, a manceba, a solteira - e na fabricação de uma mulher que tinha permissão institucional transgredir: a prostituta. Mas houve um momento histórico em que putas, mancebas e prostitutas se confundiam no convívio das famílias que elas simultaneamente sustentavam, dando ao núcleo familiar e às relações entre mães e filhas um tom peculiar (*Ibid*, p. 110/1)

De acordo com Araújo (2004, p.46), muitas escravas eram submetidas à prostituição como meio de aumentar a renda de seus senhores. Essas prostitutas usavam “roupas para atrair a atenção”, tecidos voluptuosos, de gala, porque tinham que atrair seus clientes. Segundo o autor, tal fato em 1641, preocupou os vereadores de Salvador uma vez que muitos homens casados deixavam suas esposas para ficar com essas prostitutas. Mais tarde, em 1709, o fato inquietou o próprio governador que proibiu as prostitutas de se vestirem com trajes de seda, luxuosos, para não incitar a lascívia, e, conseqüentemente, o pecado. O mesmo aconteceu com o governador da capitania de Minas Gerais, o Conde de Galveias, que também se irritou porque “as prostitutas brancas igualmente lançavam mão do recurso de se vestir bem e bonito, mas às vezes se excediam no comportamento” (*Ibid*). Era inadmissível aos olhos do governador essas “mulheres desonestas”, além de se vestirem bem e andarem em serpentinas carregadas por escravos, entrarem na casa de Deus devido a sua condição.

O adultério era permitido ao homem. Quanto à mulher, era considerado crime e dava ao marido o direito de matar a esposa e o amante, mas casos de adultério feminino eram recorrentes no Brasil colonial. Segundo Araújo (2004, p.53) “Pretendia-se controlar a sexualidade feminina de várias formas e em diversos níveis. As mulheres, então, ou se submetiam aos padrões misóginos impostos, ou reagiam com o exercício da sedução (também de várias formas e em diversos níveis) e da transgressão”.

Muitas mulheres, no entanto, pareciam não se amedrontar diante de tamanho rigor. Historiadores contam com o fundo documental da primeira visita do Santo Ofício da Inquisição no Brasil, na primeira metade da década de 1590, em que são assinaladas 29 mulheres que ou praticavam atos homossexuais esporádicos, ou assumiam a transgressão de modo permanente e sem escondê-la (*Ibid*, p.53/54)

Em relação à prostituição no Brasil colônia, Priore (1990) diz que era mais aceitável pela Igreja a prática da prostituição do que o adultério e o homossexualismo, e vista como Santo Agostinho atestava: um mal necessário, principalmente aos celibatários. Viver sob os princípios da Igreja era algo para poucos já que faltavam mulheres brancas, e o mecanismo de coerção da Igreja não funcionava a contento. Realizar um casamento era inacessível à maioria da população devido a seus custos e burocracia e as representações de ser mulher só poderiam ser alcançadas pela dama da nobreza. Tudo isso era bastante distante do restante da

população: “sua realidade e seu chão eram a pobreza; dificuldades de sobrevivência e uma nação não fluida e fantasmagórica com as leis de Deus ou de El-Rei, tão eruditas quanto distantes do cotidiano da maior parte das populações coloniais.(PRIORE, 1990, p.115)

O olhar eurocêntrico do viajante dividia as mulheres públicas em categorias, confundindo as mulheres pobres que saíam à noite com prostitutas, mas não deixando de captar a especificidade da vida venal na Colônia: a ambivalência entre o enriquecimento e a simples necessidade de sobrevivência. A tônica destes dois níveis de prática prostitucional era dada pelo fato de que o meretrício estava articulado com uma moralidade popular em nada ainda referida às moralidades propostas pelas Câmaras ou pela Igreja, instrumentos controladores-mores na Colônia. Aos olhos desta última, todo o comportamento desregrado por parte das mulheres confundia-as com prostitutas. Os "fogos" chefiados por mulheres eram vistos com desconfiança e considerados "imorais", e o "viver meretrizante" designava a vida fora dos padrões oficiais de muitas mulheres que não" eram casadas(1990, p. 116)

Para condenar a prostituição, a Igreja passou a lançar mão de pastores e pregações. Assim como a Virgem Maria deveria ser exemplo para toda mulher, as prostitutas deveriam seguir o exemplo de ex-prostitutas que deixaram o ofício para seguir a Deus, mostrando que “a salvação para as mulheres venais era possível” (*Ibid*, 117), como já afirmado por Roberts.

Assim, no decorrer dos primeiros séculos da colonização, o importante era minimizar a personalidade dos desvios, atropelando-os por um código de punições e simultâneos perdões - via de regra pecuniários. O importante era caricaturar: as práticas transgressivas e comuns das mulheres de classes subalternas, até transformá-las num excesso - daí o estigma da puta para mulheres não enquadradas. o combater os excessos femininos, pintados caricaturalmente nos sermões e. nas pastorais, ao invés de inteirar-se das práticas, ou do que elas significavam como esforço de adaptação ao Novo Mundo. (*Ibid*, p.143).

No século XVII, houve o enriquecimento de São Paulo devido ao descobrimento do ouro em Minas Gerais. O comércio ambulante e fixo de seco e molhados, no Brasil colonial, em vilas e áreas de mineração fora ocupado predominantemente por mulheres, concentrando-se nas chamadas “ negras de tabuleiro” e quitandeiras. Afirma Figueiredo (2004, p. 119):

As vendas se multiplicariam indiscriminadamente pelo território. Estabelecimentos comerciais dotados de grande mobilidade faziam chegar às populações trabalhadoras das vilas e das áreas de mineração aquilo que importava ao seu consumo imediato: toda a sorte de secos (tecidos, artigos de armarinho, instrumentos de trabalho) e molhados (bebidas, fumo e comestíveis em geral). As vendas eram quase sempre o lar de mulheres forras (alforriadas) ou escravas que nelas trabalhavam no trato com o público.

Esclarece esse autor que as atividades dessas mulheres iam muito além da comercialização desses produtos para consumo. Também contribuíam para o comércio ilegal de contrabando de ouro e de pedras preciosas, além do fomento à prostituição.

O ambiente em torno das vendas lembra o de uma autêntica taverna. Diferentes grupos da comunidade local reuniam-se nas vendas para beber, consumir gêneros pouco comuns, divertir-se e, por que não, brigar. Por ali passavam oficiais mecânicos, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, ferreiros, escravos, mineradores, homens forros. Além das funções primordiais desse tipo de comércio, seu interior escondia toda a sorte de atividades escusas, como o contrabando de pedras de ouro e diamantes furtados por escravos. Sob seu teto se tramavam fugas de escravos e aquisição de gêneros para o abastecimento dos quilombos. Espaço de alegria e lazer, batuques em que se dançava e cantava eram ali frequentemente organizados e encontros sexuais acertados (*Ibid*, p. 123/4)

A partir do século XIX, as atividades das “negras de tabuleiro” atingiram uma dimensão severa, pois a fiscalização era difícil e sua conduta moral desagradava às autoridades. “O tabuleiro poderia outras vezes servir de disfarce para a prostituição plena, com o que as escravas cumpriam suas obrigações com seus patrões” (*Ibid*, 127)

O número de vendas sob o controle feminino, no decorrer do séc. XVIII e suas diversas atividades, inquietaram grandes proprietários, mineradores e a igreja, o que levou a inúmeras repreensões e tentativas de eliminação dessas vendas, causando tensões e revoltas. Entre as punições estava o isolamento de prostitutas e adúlteras.

Em 1732, as vendas tornaram-se assunto prioritário na agenda do secretário do governo de Minas, Manuel Afonseca de Azevedo, que encaminhou uma carta ao Rei, cuja preocupação principal era com a imoralidade desses espaços “quando sua imagem se aproximaria à de uma alcova. A pobreza de muitas mulheres fazia a prostituição lhes servir de atividade complementar” (*Ibid*, p.126). Assim era comum que os bispos, em seus julgamentos itinerantes, encontrassem “mulheres vendeiras que travestiam atividade comercial em prostituição em seus estabelecimentos” (*Ibid*, p.126). Outras, como citado anteriormente, eram exploradas por seus proprietários sexual e economicamente, “pressionadas pela obrigação que possuíam de pagar uma determinada quantia acertada com seu proprietário” (*Ibid*, p. 130)

Para Figueiredo (2004), a prostituição em Minas parece ter tido uma proporção bem maior que no resto da Colônia. As primeiras prostitutas chegaram acompanhando os homens solitários os quais, em busca de riqueza iminente e “em permanente movimento na busca de veios mais férteis, a constituição de laços familiares tornava-se pouco adequada” (*Ibid* p. 132). Além disso, havia a onerosidade do casamento.

Minas Gerais pareceu se constituir o território da prostituição colonial. Acompanhando a distribuição geográfica da prostituição ao longo da capitania, pode-se perceber que, embora espalhadas por todos os pequenos arraiais, as mulheres se concentravam nos núcleos urbanos de importância, como Vila Rica, sede da capitania e centro político administrativo. Assiste-se a um processo em que

o número de meretrizes se expande nas cidades e vilas próximas aos centros de mineração (*Ibid*, p. 131)

Os prostíbulos ou “casas de alcouce” eram administrados por escravos e eram uma forma de investimento usada por seus proprietários. As prostitutas eram identificadas por apelidos como “Sopinha“, “Cachoeira”, “Rabada”, “Pisca”, “Comprimento”, "Foguete" e "A mãe do Mundo”. Portanto, “O estigma da prostituição agora aparecia acompanhado desses depreciativos que reforçavam a desclassificação social de mulheres negras, mulatas, carijós empurradas para aquela prática” (*Ibid*, p.131).

A principal causa da expansão e significativa presença da prostituição, em Minas Gerais, foram os altos impostos cobrados pela Coroa mais pesados que o restante da Colônia , o que empurrou a população menos favorecida para a miséria. O fato que atingiu diretamente as mulheres se deu com a mudança de cobrança do quinto, a partir de 1735: “a obrigatoriedade de contribuir todo aquele que pertencesse à condição de “forro”. (*Ibid*, p. 132). Diante dessa exigência e “da situação de extrema pobreza em que muitas mulheres viviam, a prostituição se constituiu em um caminho obrigatório para que conseguissem pagar o imposto direto e escapar de confiscos, multas ou prisões” (*Ibid*, p.132).

Minas Gerais pareceu se constituir o território da prostituição colonial. Acompanhando a distribuição geográfica da prostituição ao longo da capitania, pode-se perceber que, embora espalhadas por todos os pequenos arraiais, as mulheres se concentravam nos núcleos urbanos de importância, como Vila Rica, sede da capitania e centro político administrativo. “Assiste-se a um processo em que o número de meretrizes se expande nas cidades e vilas próximas aos centros de mineração” (*Ibid*, p.134).

Figueiredo (2004) retrata o papel das alcoviteiras (mulheres intermediárias dos encontros amorosos que podiam ser marcados em suas próprias casas ou exerciam a função de leva-e-traz das cartas dos interessados). Havia também alcoviteiros. Esses encontros poderiam envolver prostitutas ou não.

Os prostíbulos eram frequentados por homens de diferentes camadas sociais e raciais, inclusive o clero.

Embaraçosas seriam as acusações contra os membros do dissoluto clero mineiro que recorriam às prostitutas, como frei Graciano que servia na freguesia de Ouro Preto onde, todos sabiam, frequentava a casa de uma “mulher-dama”, a parda forra Vitória de Lima, não exatamente para atendê-la nos sacramentos. (*Ibid*, p.135).

Minas Gerais assistia a uma dura realidade devido à pobreza. No seio da família, a prostituição era permitida e exercida por diferentes membros: primas, esposas, viúvas, filhas.

Se o binômio miséria e exclusão do mercado de trabalho transforma o cotidiano da sobrevivência das mulheres num verdadeiro inferno, oferece também a medida exata de sua enorme capacidade de luta e resistência naquela sociedade. Muitas mulheres precisaram adotar a prostituição como estratégia de sobrevivência e manutenção de suas unidades domésticas. Também homens, incapazes de prover seus lares como pais ou padrastos, negociavam suas filhas e dependentes. (*Ibid*, p.137)

Para esse autor, prostituição estava intrinsicamente relacionada à miséria na era dourada da mineração em Minas. Figueiredo (2004, p. 137) afirma:

Se o binômio miséria e exclusão do mercado de trabalho transforma o cotidiano da sobrevivência das mulheres num verdadeiro inferno, oferece também a medida exata de sua enorme capacidade de luta e resistência naquela sociedade. Muitas mulheres precisaram adotar a prostituição como estratégia de sobrevivência e manutenção de suas unidades domésticas. Também homens, incapazes de prover seus lares como pais ou padrastos, negociavam suas filhas e dependentes.

Exaltando os ideais do Cristianismo em oposição aos valores do Iluminismo, os romances do Romantismo exemplificam bem a visão de mulher pura, virgem, mãe, submissa e obediente e dama. No romance *Lucíola* de José de Alencar, por exemplo, Lúcia (*Lucíola*) é uma cortesã e, por isso, não é merecedora do amor de Paulo e de ser mãe. À primeira vista, Paulo lhe achara bela, meiga, dócil, tratando-a com cordialidade, porém ao descobrir que se tratava de uma prostituta passou a tratá-la diferente, agarrando-a contra seu corpo. Apesar de largar a vida de cortesã, Maria da Glória (seu verdadeiro nome e nome santo, lembrando o da virgem Maria) não foi suficiente para redimir-se, então decidiu afastar-se do amor físico e carnal, e passou a ter um amor espiritual por Paulo. A personagem sentiu que seu corpo era sujo e incapaz de gerar um filho, acabando morrendo grávida.

Se o Romantismo brasileiro teve um valor pedagógico e difusor da leitura de romances, também ratificou o modelo de mulher para além do séc. XIX.

Rago (1985) exemplifica que, em uma tese de doutorado, no Rio de Janeiro de 1873, um médico citou que entre as causas que levavam à prostituição estavam a ociosidade, a preguiça, o amor ao luxo, a falta de recursos financeiros, o erotismo da mulher, o desprezo pela religião e a falta de educação moral. “A puta é aquela que, gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo” (p. 89).

De acordo com a autora, no séc. XIX, apoiando em ideais dos regulamentaristas franceses,

“[...] os médicos sanitaristas invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres ‘degeneradas’, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo de puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social (RAGO, 1985, p.86)

Assim, conclui Rago (1985), construiu-se o retrato da mulher pública em oposição à mulher boa mãe, prendada, honesta, fiel e dessexualizada. Pelo discurso médico, a prostituta era uma ameaça à ordem dos valores dominantes (masculinos) e, por isso, deveria viver confinada em espaços de higienização, bordéis e vigiadas pela polícia e vigilância médica e sanitária. Seus espaços de trabalho deviam ficar longe de escolas, igrejas e bairros residenciais. Pouco podiam sair e recebiam a vigilância sanitária várias vezes por semana. Tudo isso para não infringir “os bons costumes”. A causa da prostituição era vista como um instinto natural e nunca associada à miséria. Assim foi ganhando corpo a teoria de que a prostituição seria inata e hereditária, só contestada pelos anarquistas. “São também inúmeros estudos que pretendem provar que as prostitutas assim como os criminosos e anarquistas possuem uma configuração de cérebro diferente e alguns sinais orgânicos que as distinguem da maioria das pessoas normais.”(p. 90). Trata-se do determinismo biológico tão corrente na época.

Como não se lembrar dos romances do Naturalismo? Personagens condicionadas ao meio, à hereditariedade e ao ambiente? Rago (1985, p.91) explica que “Os programas de eugenias, que se desenvolvem na segunda do século XIX, na Europa, e no Brasil e nas primeiras décadas do século XX, visam gerir as relações sexuais e sociais que se estabelecem nas diversas classes sociais”.

As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pelas administração e pelas autoridades sanitárias. Estas estabeleceriam contatos estreitos com as donas dos bordéis que, por sua vez, deveriam ser pessoas respeitadas e temidas por suas afilhadas. O bordel deveria ser o anticortijo, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo à sua maneira a intimidade conjugal burguesa (*Ibid*, p.92).

A historiadora diz que a partir da década de 20, no Brasil, inúmeras críticas passaram a ser tecidas ao sistema regulamentarista de controle da prostituição. Uma nova teoria- o abolicionismo- passou a proclamar que esse sistema era feio de falhas porque punia as mulheres (enclausuradas, ameaçadas, fichadas, acusadas de serem transmissoras de sífilis e de outras doenças venéreas), enquanto que o homem, também parte da relação, era isento de qualquer responsabilidade. Criticava-se também o fato de a prostituição clandestina ter

aumentado com tais métodos de vigilância. Além disso, para a nova corrente, a prostituição não deveria ser legalizada, pois isso marginalizaria as prostitutas, tornaria-as refém para sempre da prostituição e violaria seu direito de liberdade individual. A bandeira levantada por essa teoria era em nome da decência e da salvação do casamento. “No entanto, apesar do discurso liberal dos abolicionistas vale lembrar que é em nome da moralização das condutas, da repressão dos instintos e do controle das pulsões que eles batalham e nisso distinguem-se radicalmente dos anarquistas” (RAGO, 1985, p.95).

Se é possível perceber no conjunto dos textos libertários uma representação masculina da mulher, que a torna símbolo da maternidade, da passividade e da fragilidade, a esta se opõe uma outra construção contestadora dos valores dominantes. Partindo de vozes femininas no interior dos anarquistas, propõe-se a emancipação da mulher de todas as classes sociais dos papéis que lhe são atribuídos socialmente. Ao lado da tradicional representação da mulher-submissão, emerge uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade, independência, força, figura que luta pela transformação de sua realidade cotidiana, tanto a partir da própria presença destes ativistas, quanto pelas suas projeções (*Ibid*, p.96)

Em relação à prostituição, os anarquistas também acreditavam que fosse um mal necessário desde a Antiguidade e que, na sociedade capitalista, ela seria a força mortiz da família burguesa, construída por um contrato comercial. “As jovens privilegiadas não podem participar da iniciação de seus namorados, enquanto que uma série de interdições sexuais recaem sobre a casada. Além do que, muitas vezes, a mulher se casa com um homem escolhido pelos pais e não por ela própria” (*Ibid*, p.108). Para os libertários, a prostituição não se tratava de instinto natural, como asseguravam os médicos, era fundamentalmente uma questão de relação de classes, pois o problema tinha origem econômica. Portanto,

O direito ao prazer que os libertários reivindicam para as mulheres e para os homens só poderá ser concretizado na nova sociedade, onde todos estarão livres da sujeição às necessidades materiais imediatas e também dos preconceitos e fanatismos impostos pela religião. Os jovens não precisarão buscar as prostitutas para se iniciarem na vida sexual, nem as moças manterem-se virgens até o dia do casamento. (*Ibid.*, p.110)

Rago (1985) embora acredite que, ao discordarem de que não havia prostituta nata, eram os únicos a conduzi-la à sociedade, percebe que, às vezes, o ideal de uma família de operários vinha assentado sob uma moralidade cujos valores se assemelham àqueles fundantes da família burguesa: virgindade até o casamento, fidelidade, exaltação da maternidade.

Desde a chegada da Corte Portuguesa, o Brasil havia começado um processo de europeização, principalmente no Rio de Janeiro, seja no modo de vestir, nos móveis das casas,

nos comportamentos. A prostituição começou a ganhar novos aspectos, modificando os pontos de prostituição, mudando o perfil e a classe das prostitutas. Novos padrões sociais e novos valores foram se incorporando gradativamente à dinâmica da vida. Assim, durante a chamada *Belle Époque* brasileira, do final do século XIX até início do XX, o Brasil passou por um rápido processo de industrialização, modernização e surto imigratório. Cafés, teatros, iluminação, hotéis, lojas davam um novo aspecto e vida à cidade, ampliando o espaço da casa para fora dela. A vida cosmopolita passou a ser vivenciada em diferentes lugares. “Passear pela cidade, divertir-se nas casas de espetáculos, almoçar e jantar nos restaurantes, cafés e confeitarias ou simplesmente admirar as vitrines dos magazines passou a fazer parte do cotidiano de paulistas e cariocas” (GRUMAN 2006, p.83).

A modernização e limpeza da cidade se tornaram a prioridade do momento.

Durante a Belle Époque (1890-1920), com a plena instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país despontaram como lema dos grupos ascendentes, que se preocupavam em transformar suas capitais em metrópoles com hábitos civilizados, similares ao modelo parisiense (SOIHET, 2004, p.304).

Soihet (2004), explica que, no final do século XIX, os pensamentos sanitaristas e higienistas e o discurso médico-cientificista passaram a “limpar” as áreas centrais do Rio de Janeiro, principal centro comercial do país, demolindo morros e cortiços e abrindo ruas, e trilhos para os bondes. porque o rápido movimento da urbanização havia provocado “um progressivo movimento das populações pobres para as capitais, onde procuravam se estabelecer nas áreas centrais, próximo ao mercado de trabalho. Aí ocupavam, em sua maioria, habitações coletivas, casas de cômodo ou cortiços [...] (*Ibid*, p. 305). Era preciso embelezar a cidade à moda francesa o que significava demolir essas habitações.

Conforme diz a escritora, esse processo de urbanização foi mais intenso no Rio de Janeiro já que, como capital da República, a modernização era vista como ainda mais necessária.

A derrubada dos cortiços das áreas do centro afigurava-se como indispensável, inclusive, porque eram considerados focos das epidemias que, periodicamente, infestavam a cidade. A medicina e os interesses econômicos uniram-se no propósito de transformar a velha cidade numa metrópole moderna que deveria atrair capitais e homens estrangeiros. (SOIHET, 2004, 305).

Considerava-se impróprio, por médicos e juristas, uma mulher caminhar sozinha pelas ruas. A mulher rica só poderia sair de casa para ir ao teatro, à casa de chá ou caminhar pela avenida se estivesse acompanhada. Mas isso era impossível à mulher pobre que precisava sair para trabalhar nas fábricas: “lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e vendendo

doces e salgados, bordando, prostituindo-se, empregando-se como domésticas, sempre davam um jeito de obter alguns trocados (*Ibid*, p.317). Notava-se a “associação frequente entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social” (Rago, 2004, 489).

Os positivistas, os liberais, os médicos, a Igreja, os industriais e mesmo muitos operários anarquistas, socialistas e, posteriormente, os comunistas incorporaram o discurso de valorização da maternidade, progressivamente associado ao ideal de formação da identidade nacional. Nos anos 20 e 30, a figura da “mãe cívica” passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação. A imagem de Santa Maria foi fortemente valorizada, enquanto nas artes a figura da “mulher fatal”, poderosa, ameaçadora e demoníaca, como Salomé, invadia o palco e fazia grande sucesso. Quase todas as atrizes desse período, Theda Bara e Louise Brooks no cinema, interpretaram Cleópatra, Laís, Circe, Eva, Dalila ou Salomé, esta que, com a dança voluptuosa dos sete véus, conseguira a cabeça e João Batista (RAGO, 2004, p. 494)

As campanhas sanitárias e policiais de alguns setores da população que exigiam a moralização das práticas sexuais, de acordo com Rago (1990), eram direcionadas ao baixo meretrício (“pensões alegres”, tavernas, “casas de tolerância”) onde a população de baixa renda residia. Apesar disso, as práticas de amor ilícito não se extinguíram ou diminuíram, pelo contrário, expandiram-se, diversificaram e sofisticaram suas práticas para exploração dos desejos. Nesse processo de modernização do espaço urbano à moda francesa, a prostituição também ganhou espaço tanto no Rio quanto em São Paulo. Sobre São Paulo, afirma a historiadora:

[...] o mundo da prostituição foi marcado por toda uma auréola de mistério, fascínio e atração. Nele se configurou uma importante rede de sociabilidade: fluxos que circulavam entre os cafés-concertos, cabarés, ‘pensões chics’, teatros e restaurantes, congregando artistas, músicos, coristas, dançarinos boêmios, gigolôs, prostitutas estrangeiras e brasileiras, seguidas por toda uma corte de empregados, responsáveis pela infra-estrutura de serviços [...].

Nascia a zona de meretrício propriamente dita, com sua geografia - o centro da cidade - e seus modos específicos de funcionamento: códigos, leis e práticas, que configuravam uma cultura diferenciada, oposta e complementar à cultura dominante. Modinhas que não se cantavam nas casas de família eram difundidas entre a população, com irônicas alusões ao cotidiano do submundo, às relações amorosas que envolviam conhecidas figuras da sociedade, aos tipos marginais populares, às mulheres exuberantes[...] (RAGO, 1990, p.269)

Nesse momento, uma nova figura escreveria uma nova página sobre prostituição no Brasil. A aristocracia cafeeira da época abriu caminho para a criação da prostituição de luxo. “Surge a figura da ‘francesa’, meretriz freqüentadora de um determinado espaço e ocupante de um determinado lugar na hierarquia da prostituição. A categoria englobava não só aquelas realmente nascidas na França, mas todas as que representassem esta cultura tida por superior”

(GRUMAN, 2006, p. 84). *A Belle Époque*, evocando os valores do evolucionismo e sendo a França o espelho cultural brasileiro, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, fez com que prostitutas negras saíssem de cena para entrar a prostituta estrangeira branca. Mulheres judias (denominadas polacas) passaram a ser traficadas para serem exploradas sexualmente no Novo Mundo com a promessa de uma vida melhor. Rago (1990) afirma que muitas meretrizes vinham do fluxo imigratório e que o receio do aumento da prática do lenocínio havia começado a aparecer em registros policiais e em notícias em 1890.

É praticamente impossível estimar a quantidade de prostitutas que vieram traficadas da Europa, principalmente das aldeias da Polônia, Rússia, Áustria, Rumênia para a América do Sul. Também dificilmente saberemos quantas vieram por conta própria, ou iludidas com promessas de casamento e perspectivas estimulantes de enriquecimento, embora as autoridades públicas do período tendessem a privilegiar um conhecimento de causa por parte da grande maioria (*Ibid*, p.391)

Sobre esse assunto, Kushnir (1996, p. 82) discorre:

[...] a prostituição estrangeira já frequenta a cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XIX. Durante a primeira metade do século passado, a cidade possuía prostitutas portuguesas [...] ou escravas de ganho induzidas a esse trabalho por seus senhores. A partir de meados do século, o panorama modifica-se com a chegada de mulheres vindas da Europa e que povoam tanto o Rio de Janeiro como Santos, São Paulo e as principais cidades-porto do país.

Associadas aos ideais de modernidade, segundo Rago (1990), as prostitutas exerciam o papel de iniciação sexual dos jovens, introduzindo-os na arte do amor; e também a função civilizadora já que ensinavam os refinamentos franceses aos provincianos.

Onde o capital financeiro se concentrava (bancos, sociedades anônimas, casas comerciais), também se comercializava o amor. Nos cafés-concertos, bordéis, cabarets, pensões, as meretrizes- *cocottes*- , guiadas pelos referenciais de conduta europeu, além do espetáculo acompanhavam os senhores abastados para beber e cear. Rago (1990) explica que a prostituição se tornou uma empresa altamente lucrativa e a imagem da prostituta francesa ganhou temor e fascínio no imaginário popular.

[...] o mundo da prostituição era vivenciado, no plano simbólico, em sua dimensão modernizante [...] Relacionar-se com a prostituta estrangeira, mulher experiente que vinha de fora, misteriosa e desconhecida, satisfazia a expectativa burguesa de se acreditar introduzido aos hábitos sexuais avançados das sociedades modernas. fazendeiros e coronéis não mediam esforços para tanto. Através do mundo da prostituição, acreditava-se entrar no compasso da história, asorvendo e consumindo práticas e mercadorias europeias, profundamente mistificada (RAGO, 1990, p. 272).

Portanto, a lucratividade, segundo Rago (1990) foi um dos entraves para a erradicação do lenocínio. Os cáftens, rufiões e gangs trabalharam impunemente por três décadas. À

medida que a vida urbana explorava os deleites sexuais no mundo da prostituição, o negócio foi se tornando altamente lucrativo. A cumplicidade entre a polícia, prostitutas e traficantes fazia com que a indústria do prazer se perpetuasse a todo vapor.

Muitas vezes, essas imigrantes estrangeiras, francesas, polonesas, italianas, espanholas, portuguesas e russas, austríacas -, aportavam com uma carteira falsificada assinada por um suposto parente convidada a trabalhar em seus estabelecimentos comerciais. Em geral, eram esperadas por alguém que se dizia enviado pela família, incumbido de guardar em determinado hotel ou em casa de algum amigo na cidade. Evidentemente, a convivência com a polícia facilitava toda a transação (*Ibid*, p.412)

Para Rago (1990), com o crescimento do comércio, as prostitutas passaram a investir em suas performances, roupas, na arte de sedução e prazer, isto é, profissionalizaram-se. Assim, nascia uma nova profissional que exigia ter seu lugar reconhecido.

As projeções masculinas, na “*Belle Époque*”, sobre as prostitutas de mulher fatal e vítima ficaram acima da figura de “mulher pública”. Para a autora, tanto a literatura quanto a imprensa são responsáveis pela construção de sentidos e de estereótipos que o imaginário social produz. A autora exemplifica com as personagens Salomé de Emile Zola de 1879, na literatura; e a personagem “Vamp”, no cinema, em “Caixa de Pandora” de 1910.

A “femme fatale”, cheia de artifícios, ousada e extravagante, é dotada de um instinto sexual indomável, selvagem e insaciável, que obsessiona os homens cultos do período: dos médicos ao literatos, toda uma produção intelectual e artística procura estabelecer os limites da sexualidade feminina e desnudar suas regiões erógenas (*Ibid*, p.308)

A exploração dessa imagem relacionando-a às prostitutas de luxo levou-as a ser culpabilizadas por vários escândalos da época, pois teriam a força maligna de destruir os homens fracos como, por exemplo, levar um jovem aos vícios. (Rago, 1990).

Na literatura, a prostituta vitimizada dos romances ingressaria nessa vida por uma fatalidade, seja por questões econômicas, seja para se vingar de um homem opressor.

Enquanto as “femmes fatales”[...] são essencialmente urbanas, ou que se adaptaram às exigências e à velocidade da vida na cidade moderna [...], as prostitutas vitimizadas pelo destino são efeitos da inexperiência e da ingenuidade frente ao mundo urbano [...] onde o ser humano perdeu toda capacidade de controle, mundo este corrompido pela degeneração dos costumes, pelo relaxamento dos laços familiares e comunitários, e pela indiferença entre os indivíduos atomizados. (*Ibid*, p.325)

As imagens literárias da prostitua, polarizada entre a “mulher fatal” e a “vítima do destino”, entrecruzam-se com aquelas construídas e difundidas pela imprensa da época. Ora “anjo decaído”, ora encarnação do diabo, a prostituta é representada como uma figura que ameaça a estabilidade emocional da mulher “honesta”. [...] é sempre em função do homem que as meretrizes, nos romances ou na imprensa, encaminham-se para o outro lado da margem. (*Ibid*, p. 350)

Para Rago, trabalhar a comercialização de corpos como uma resposta às dificuldades financeiras ou à manipulação machista ou à opressão familiar deixa escapar o aspecto positivo do mundo da prostituição, “isto é, aquilo que se constitui sua diferença enquanto outro modo de funcionamento desejante e suas funções que ela preenche socialmente” (1990, p. 336).

A imagem da mulher fatal foi cedendo lugar a uma “mulher irresistível e perigosa, mais charmosa e sensual do que cruel, fácil de sucumbir à sedução masculina como Alma ou Gild, no cinema, na passagem para os anos trinta. A poderosa Salomé é superada, no Brasil, pela doce Gabriela” (*Ibid*, p. 351).

As meretrizes sofriam nas mãos de cafetões e gigolôs por diversas formas de violência. Os cafetões exigiam que a mulher trabalhasse e recebesse um determinado valor por dia, caso contrário apanharia; já o gigolô se tornava amante dela e a explorava sem definir uma quantia por dia. A meretriz era aliciada por seu cafetão como um objeto de valor a quem se comportava como médico e enfermeiro, fazia seus abortos, ensinava a ela bons modos, para que fosse “civilizada” e estivesse pronta para circular e participar nas altas rodas sociais da época. Muitas meretrizes denunciavam as agressões sofridas, mas logo depois retiravam as queixas na delegacia. (RAGO, 1990)

Rago (1990) afirma que é difícil inferir o grau de participação que tiveram essas mulheres para a construção do estereótipo negativo de sua imagem e do estigma de exclusão social. Para a historiadora, muitas dessas mulheres devido à pobreza não queriam retornar a seu país de origem. Sozinhas, dependentes, precisavam da “ajuda” do cafetão para obter passaporte, mover-se de um lugar para outro, proteger-se da polícia. Além disso, aceitavam o mito do complexo de superioridade do homem em relação à mulher. A dependência em relação ao gigolô ou rufião era mais emocional do que financeira porque este é que dependia delas financeiramente.

Assim como a mulher “normal”, casada e rica, a prostituta transferia o “vil metal” para as mãos masculinas que decidiam seu futuro. ela entregava-lhe literalmente sua liberdade e seu prazer, nesta forma perversa de captura e reterritorialização, Mauro Glade que Alma, em Os que partia de toda uma rede, mas também de seu desejo interior. É por paixão ao gigolô Mauro glade que Alma, em Os condenados, mantém-se no mundo da prostituição, e não propriamente por dinheiro. O que a impedia de viver sua liberdade? (*Ibid*, p.431)

Como resposta, Rago pungentemente argumenta, segundo os parâmetros da psicanálise, que o gigolô/cáfeten era seu principal alicerce para sua constituição subjetiva e emocional.

Nesta relação, a prostituta - figura extremamente fragmentada na multiplicidade das relações despersonificantes - podia refazer psicologicamente sua identidade. Como um espelho, ele devolvia-lhe uma imagem completa ao contrário dos outros fregueses para quem representava um órgão e uma performance.[...]Através do olhar do gigolô, a prostituta podia reconstruir sua auto-imagem unitária e inscrever-se novamente num espaço psíquico fundamental para a vida social

Neste jogo em que ela referenciava a virilidade e a importância do homem, mesmo que não fossem amantes, como acontece entre muitos cáftens e meretrizes, em que ela então também constituía e sustentava o parceiro como figura necessária, protetora e exploradora ao mesmo tempo, o apanhar e o bater, por mais violentos que fossem, possuíam um certo encanto: constituía-se como dimensão afetiva da relação homem-mulher através da qual ambos se posicionavam no mundo enquanto ser frágil e ser superior. (*Ibid*, 431).

Entre histórias e estórias está a prostituição daquelas que ficaram conhecidas como “polacas”, o “tráfico das brancas”. Rago (1990) diz que essas mulheres vinham em busca de um casamento, fugindo de situações degradantes de miséria e perseguição religiosa.

Cáftens polacos viajavam para aldeias pobres da Polônia, apresentando-se como comerciantes enriquecidos na Europa que retornavam à aldeia Natal em busca de uma esposa da mesma nacionalidade introduziam-se paulatinamente no interior das famílias pobres, e logo se insinuavam como pretendentes a mão da filha mais velha” (*Ibid*, p.440).

De acordo com Kushnir (1996, p. 52):

A partir de meados do século XIX, as particulares condições vividas por toda a Europa justificaram um deslocamento ainda maior em busca de novas terras. Assim, se em 1880, cinco milhões de judeus viviam em territórios da Europa Oriental – parte oeste do Império Russo, Polônia, leste do Império AustroHúngaro que incluía a Galícia e România –, sessenta anos mais tarde, quatro milhões haviam fugido da pobreza, das ondas anti-semitas – os pogroms – e do serviço militar com destino às Américas, à Palestina, à África do Sul, à Austrália etc

Assim como Rago (1990) , Kushnir (1996, p. 65) cita a vulnerabilidade a que estavam submetidas essas judias pobres da Europa.

Nas pequenas aldeias, a educação era paga e religiosa, portanto destinada aos homens. O número de analfabetas era quase que total e mesmo sobre os ritos religiosos a maioria sabia apenas o básico. Sem preparo algum, sentiam que o novo mundo industrial jamais poderia alcançá-las (KUSHNIR, 1996, p. 65)

Buenos Aires, entre 1880 e 1930, considerado o terceiro centro de tráfico de mulheres do mundo, era a rota de chegada e distribuição para todo o continente sulamericano. De lá saíam muitas "polacas" em destino aos bordéis do Rio de Janeiro (RAGO, 1990)

**Figura 2-** Cartaz sobre as polacas no Rio de Janeiro<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <https://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2018/06/zona-do-mangue.html>. Acesso em: 12 de set. de 2021



**Fonte:** Almanaque Cultural Brasileiro

Rago (1990) explica que esse mercado partia de uma organização fundada na Polônia denominada Sociedade Israelita de Socorros Mútuos Varsóvia com sede em Buenos Aires. Anos depois, essa organização se dividiu em duas: uma comandada pelos “polacos” chamada Zwi Migdal; e a outra, Asquenasum, agrupada por russos romenos. No Brasil, a Zwi Migdal não conseguiu o mesmo controle que em seu país vizinho. “A Zwi Migdal tornou-se mundialmente conhecida e associada à existência de uma máfia judaica que dominava o tráfico de brancas em caráter mundial na rota Odessa/Buenos Aires” (KUSHNIR, 1996, p. 70).

Tanto Rago (1990) quanto Kushnir (1996) explicam que nem todas as mulheres vinham enganadas, muitas sabiam que iriam exercer a prostituição. Isso porque já participavam desse universo e porque já eram excluídas em seus lugares de origem. Rago ressalta que “a grande maioria das “escravas brancas” participava desse meio, conhecia suas regras e desejava “fazer a América” como prostitutas nos principais mercados do prazer” (1990, p. 448). Na visão de (KUSHNIR, 1996, p. 64):

Essa “opção” pela prostituição deve ser compreendida em conjunção com alguns fatores. Em primeiro lugar, porque muitas dessas mulheres já participavam desse universo [...] em segundo, porque o lugar de onde elas são potencialmente recrutadas para o mercado da prostituição – as pequenas aldeias ou as cidades de maior porte da Europa Oriental –, por si só, já as tem como excluídas.

Kushnir (1996) acredita que a existência de prostitutas judias, durante o processo de imigração para as Américas, é um fato cercado de mistérios e segredos e que grande parte da comunidade judaica tenta ignorar, silenciar e apagar da história. Para Rago (1990), a negativa

de existência e tentativa de erradicação da existência da Zwi Migdal perdurou por vários anos porque a comunidade judaica temia por sua integração social tanto na Argentina quanto no Brasil.

Para Rago (1990), o ano de 1913 foi importante ao combate dos rufiões na Argentina e Brasil devido à “Lei Palácios que decidia pela deportação dos “indesejáveis”. A polícia marítima do Rio de Janeiro impediu a entrada de aproximadamente 1.068 cáftens procedentes de Buenos Aires. (RAGO, 1990, p. 409).

Kushnir acredita que algo sólido só veio a acontecer a partir de 1993 quando a judia Raquel Liberman, explorada na Argentina pela Zwi Migdal, denunciou a organização, levando a deportação e fuga de seus membros. Já “[...] Em contraste com o processo argentino, no Brasil jamais houve uma séria campanha de repressão tanto ao tráfico como ao caftismo. Percebe-se apenas experiências pontuais [...]” (KUSHINIR, 1996, p.87).

**Figura 3-** Imagem de Raquel Liberman<sup>2</sup>



**Fonte:** Metropolis, buenas noticias para la ciudad

Rago (1990) registra que, mesmo sem dados exatos, o número de prostitutas brasileiras era bem maior do que o número de prostitutas estrangeiras francesas e polacas. Mesmo assim, gradativamente “polaco” virou sinônimo de cafetão e judeu e “polaca” passou denominar a prostituta, mas não de modo geral em todo o território brasileiro. Nem sempre a polonesa era associada à prostituta. No Rio de Janeiro e São Paulo, Polaca remetia à prostituição, mas não necessariamente se referia a uma judia. “Por ‘polacas’ entendia-se mulheres loiras vindas de países da Europa Oriental que a imaginação popular romantizava e confundia” (p. 451)

<sup>2</sup> Disponível em: <https://metropolis.com.ar/homenaje-raquel-liberman-barrio-balvanera/>. Acesso em: 13 de set. de 2021

A pesquisadora lembra que as francesas, na época, eram muito mais associadas à prostituição do que aquelas. Embora a postura antissemita tenha contribuído para estigmatização das israelistas associando “polaca” à prostituta judia, essa imagem foi se formando desde a Idade Média com uma forte carga depreciativa.

Vistos sempre como um povo diferente e especial, estrangeiros incompreensíveis aguerridos às suas crenças, valores e hábitos, não é de estranhar que a presença de um número mesmo que pequeno de prostitutas e de câftens judeus despertasse a curiosidade pelo exotismo e pelo desejo de notícias sensacionalistas por parte da imprensa (RAGO, 1990, p. 451)

Além da valorização da estrangeira, vista como reflexo da modernidade em oposição à negritude do período colonial, ela exercia fascínio por sua imagem construída socialmente, associando-a ao místico e exótico. Sobre isso, Rago (1990, p.454) discorre:

A figura da mulher judia combinava exotismo e misticismo no imaginário social: uma promessa de viagem para regiões distantes, a vivência de uma relação amorosa diferente e excitante, e o lado místico, por ser alguém que participava de um ou outro credo religioso que suscitava muita curiosidade na época, especialmente aqui onde a comunidade israelita era reduzida. A perspectiva de sair de si, de perder-se absolutamente, escapando da classe social, da família e de seu próprio universo se acentuava diante da mulher que podia ser recoberta por projeções masculinas ainda mais fantásticas. Mais do que outras estrangeiras, ela aparecia como uma estranha, alguém de fora, ameaçando desterritorializar radicalmente o homem em sua deriva imaginária pelas margens.

Conforme Rago (1990), atualmente é pouco conhecida a organização de grupos mafiosos no Rio de Janeiro e em São Paulo, porém, sabe-se que os costumes e hábitos mudaram assim como o exercício da prostituição, as formas de lenocínio e o tráfico de prostitutas estrangeiras. Tornaram-se prioridades para as autoridades a prostituição masculina e o tráfico internacional de crianças.

### 3 PROSTITUIÇÃO E A LEGISLATURA BRASILEIRA

É importante saber um pouco da história da prostituição no Brasil, pois nos permite conhecer o passado para entendermos o presente e projetar-nos no futuro com lições aprendidas e desafios a serem alcançados. Estudar história desperta e cultiva a curiosidade e nos ajuda a compreender melhor os processos sociais.

Percebemos que, ao longo da história, as prostitutas foram criminalizadas e deixadas às margens de uma série de direitos. De acordo com entrevista de Margareth Rago à revista *Humanidades em Diálogo*, em 2015, foi somente na década de 80 e 90 que houve uma consolidação do movimento social de prostitutas, marcada por uma produção historiográfica acerca da prostituição, contribuindo para uma mudança envolvendo problemas sobre a prostituição e conceitos, pois era um assunto, até então, pouco estudado. Como a prostituição é um tema de relevante importância nas pesquisas em administração pública, quando se trata de questões sociourbanas, as diretrizes que emergiram com o movimento organizado de prostitutas trouxeram novas reflexões sobre os principais desafios do processo de implementar políticas públicas, considerando contextos caracterizados pelo engajamento cívico na luta por cidadania e justiça.

#### 3.1 Código Penal brasileiro

No Código Penal de 1830, durante o Império, foi introduzido, no capítulo II, seção I, artigo 222 e 224, o termo “mulher honesta” no crime de estupro. Esse termo também foi reproduzido no Código de 1890 (art. 268) e no Código Penal de 1940 (art. 215). Nelson Hungria, presidente da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal de 1969, lecionou sobre a normativa da “mulher honesta”:

Como tal se entende, não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral sexual, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o mínimo de decência exigida pelos bons costumes. Só deixa de ser honesta (sob o prisma jurídico-penal) a mulher francamente desregrada, aquela que inescrupulosamente, *multorum libidini patet*, ainda não tenha descido à condição de autêntica prostituta. Desonesta é a mulher fácil, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação (*cumvel sine pecunia accepta*). (Hungria e Lacerda, 1980, página 150)

Na corte imperial brasileira (século XIX), as prostitutas, em sua grande maioria, eram escravas negras, porque tal prática era vista somente como mais um serviço doméstico para os

seus senhores. Em São Paulo, no final do século XIX e início do XX, foi instaurada a Zona do Meretrício. Na visão de médicos, autoridades públicas e criminologistas, as “sexualidades perigosas”, como a prostituição, deveriam ficar separadas (RAGO, 1996), pois havia se espalhado pelo centro da cidade, perturbando família e o comércio fino. Em 1930, o Rio de Janeiro, principalmente, foi o auge da prostituição, composta majoritariamente por estrangeiras.

Foi na década de 1980, no Brasil e em outros lugares do mundo, que as profissionais do sexo começaram a articular em busca dos seus direitos porque alguns grupos sociais acreditavam que a prostituição deveria se enquadrar como “qualquer outro trabalho” perante a lei, entretanto, os conservadores consideravam que a prostituição não passa(va) de uma exploração e comercialização do corpo feminino. No Brasil, apesar de não ter criminalidade em seus atos, as prostitutas eram entregues à mercê dos policiais, dependendo da subjetividade de suas vontades.

Segundo Rago (1990), no ano de 1896, por iniciativa do delegado Cândido Motta, decretou-se o primeiro Regulamento Provisório da Polícia de Costumes porque as meretrizes que trabalhavam no centro da cidade eram vistas como escandalosas para a população. O delegado via a prostituição como uma doença necessária, mas fatal, inspirando-se em Parent-Duchâtelet, um médico francês, para defender suas medidas de vigilâncias. Ambos acreditavam que as prostitutas serviam para canalizar os sêmens masculino, assim como os esgotos e lixos, tornando esta função social algo inevitável aos homens. É evidente que esse regulamento não se tratava de ajudar as mulheres no ramo por seus instintos sexuais baixos, como viam os médicos e jurídicos da época. Outro ponto que Rago (1990) traz é que, na visão desses profissionais, as trabalhadoras do sexo, ao se colocarem nesse papel, só poderiam ser comparadas aos “receptáculos dos detritos sociais” (pg. 172) e não se cogitava a existência de prostitutas de luxo, para eles eram apenas mulheres pobres.

O regulamento do delegado Cândido Motta trazia múltiplas normas para tentar monitorar o submundo do prazer, tentando coibir o afloramento de formas ilícitas do comércio do amor e de suas condutas comportamentais não aprovadas por esse regulamento, demonstrando ter como princípio básico moldar a prostituição nos mesmos parâmetros da relação conjugal monogâmica.

A norma foi distribuída a 220 trabalhadoras do sexo, determinando:

- a) que não são permitidos os hotéis ou conventilos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três;

- b) As janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas;
- c) Não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversação com os mesmos;
- d) Das 6h. da tarde às 6hs da manhã nos meses de Abril e setembro, inclusive, e das 7h. da tarde às 7h. da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas; de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas;
- e) Deverão guardar toda a decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuário que resguardem completamente o corpo e o busto
- f) Nos teatros e divertimentos públicos que frequentarem deverão guardar todo o recato, não lhe sendo permitido entabular conversação com homens nos corredores ou lugares que possam ser observados pelo público. (RAGO, 1990, p. 173)”

Rago (1990) esclarece que, segundo o delegado, a primeira determinação tinha um objetivo protetor e não repressor, pois seu objetivo era impedir que as “pensões alegres” (p.173) explorassem as meretrizes. Entretanto, a autora acredita que o impedimento foi, na verdade, uma resposta às denúncias preocupantes sobre vítimas femininas, exploradas por esses ambientes, que foram “salvas pela polícia”, publicadas em anos anteriores, tendo como exemplo a matéria de 1878 que acusava o Hotel Progresso de imoralidade e exploração de mulheres. Contudo, numa cidade como São Paulo, em constante crescimento e desenvolvimento, essa medida não seria nem um pouco efetiva e os bordéis acabaram ganhando notoriedade.

Na segunda determinação, os bordéis acabaram sendo fantasiados em um modelo de casas evitando o escancaramento para os homens curiosos, além de ocorrer uma privatização do sexo e, como consequência, faria-o perder toda a publicidade que envolvia as casas de sexos. Para o delegado, essa providência era uma proteção à população, pois assim impossibilitaria cenas escandalosas pelo centro da cidade. O objetivo central de Cândido Mota, evidenciado-se na terceira medida, era limitar a liberdade das prostitutas, principalmente as polacas, pois, segundo Rago (1990), ele dizia que essas não possuíam o mínimo respeito com famílias vizinhas.

Segundo Rago (1990), essas mulheres pobres foram completamente cortadas do mundo externo. Elas só poderiam aparecer publicamente em horários definidos na quarta medida do delegado, também limitava seus espaço de aparecimento, sendo permitido apenas dentro das casas e não poderiam se exhibir em suas portas, ou seja, essas mulheres tinham que ficar escondidas. Na quinta medida, o poder público deliberou sobre a aparência dessas mulheres e também sobre suas roupas, não podendo ser curtas e nem decotadas. Tratava-se de

uma época em que as mulheres começaram a se expressar pelas vestimentas, passaram a valorizar a elegância e a sofisticação visual, as roupas passaram a ser uma diferenciação entre as “honestas” e aquelas “mulheres de vida airadas” (p. 176), entretanto, como dizia o delegado, era difícil saber se somente as meretrizes se vestiam semi-nuas, com roupas curtas e decotadas. Rago (1990) informa que os documentos da época eram contraditórios ao tentar impedir uma generalização, mas dizia que grande parte das prostitutas poderiam ser identificadas facilmente pelas suas vestimentas e aromas.

Na última determinação trazida, Cândido Mota impôs um silêncio e pudor às prostitutas pobres em espaços públicos, pois uma mulher idealizada era aquela doméstica, que não se opunha, contida, sem muitas expressões e emoções, que controlava seus desejos, ou seja, um indivíduo sem personalidade, invisível, completamente diferente do que seria uma meretriz pobre, logo essas deveriam ficar escondidas da sociedade, apenas servindo como canalizadoras de resíduos sexuais masculinos.

Aos olhares de Motta, em 1897, ao analisar suas medidas em relação ao trabalho do sexo, afirmou que "a polícia de São Paulo não regulamentou a prostituição, expediu simplesmente instruções preventivas contra os ataques públicos à moral e aos bons costumes, que pareciam não existir mais nesta Capital". Para o delegado, a ação da polícia era preventiva, pois assim intervia e garantia a paz de famílias, o decoro público e a moralidade das ruas. Além disso, Cândido Motta disse que "a liberdade individual não é princípio sem restrições. Invocar em favor dos viciosos os sagrados direitos da liberdade individual, é dar provas de muita ignorância, é pregar a dissolução dos costumes, é fazer a apologia do crime" (MOTTA, Candido. op. cit., p. 12.)

O Chefe de Polícia Antônio Godoy, cinco anos depois, especificou que trabalhadoras do sexo que estivessem em janelas e portas e de casas ou ruas, comportando-se de forma “indevida”, deveriam ser intimadas a se recolherem e, caso não obedecessem, deveriam ser levadas às autoridades. Em 1914, foi criado o “serviço de inspeção de costumes”. Após um ano, foi instituído um arquivo de prontuário sobre o trabalho do sexo. Segundo João Batista Mazzeiro (1998), totalizaram 2.272 prontuários. O Delegado Geral, em 1920, sugeriu a criação de uma polícia específica de costumes, pois, segundo ele, “a repressão ao lenocínio, cancro que vai expandindo suas garras à medida que a cidade aumenta não é cousa que se possa confiar a todas as autoridades conjuntamente”. Quatro anos depois, com a lei 2.034, foi criada a Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos. Em 17 de abril de 1928, foi feito o

decreto 4.405-A, que dizia que todas as delegacias deveriam ter um registro de trabalhadoras do sexo. A delegacia requeria que essas mulheres registrassem informações como nome, idade, nacionalidade e endereço de residência, assim passaram a ser controladas também pela guarda civil.

O trabalho do sexo não se constituía legalmente como um crime, mesmo com as diversas formas de criminalização que o Estado lhe decretava. Pelo direito penal, a exploração de prostitutas era crime. Aqueles que praticavam o proxenetismo, foram presos, expulsos, controlados e absurdamente reprimidos.

Cândido Motta acreditava que esse “mal necessário” de regulamentar e tolerar a prostituição criaria o “caftismo oficial”, ou seja, essas mulheres seriam acolhidas a essa tolerância e entregues a policias femininas de confiança da polícia. Para o jurista e policial, o sistema era péssimo, pois as profissionais do sexo eram transformadas em donas de casa, sem poder sair, sem o direito de escolha e se viravam máquinas de satisfazer homens e de dinheiro para os donos de meretrícios.

Acerca de 1940, no período da Ditadura do Estado Novo, em São Paulo, por influência de Ademar de Barros, um renomado político, foi criada uma política de confinamento da prostituição no bairro judeu Bom Retiro. No Rio de Janeiro, foi também evacuada para a região do Mangue.

**Figura 4-** As “vitrines” da zona de meretrício do Bom Retiro<sup>3</sup>



**Fonte:** São Paulo Passado, por Edilson Loureiro

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://saopaulopassado.wordpress.com/2019/09/27/o-passado-triste-do-bom-retiro/>. Acesso em: 12 de dez. de 2021

**Figura 5-** Zona do Mangue, Rio de Janeiro<sup>4</sup>



**Fonte:** Almanaque Cultural Brasileiro, foto de Claudia Rangel

O artigo de Mariana Luciano Afonso e Rosemeire Aparecida Scopinho (2013) informa que durante o governo de Lucas Nogueira Garcez, em 1954, a zona de meretrícios, em São Paulo, foi fechada, o que acarretou um dispersamento da prostituição para diversos bairros e, pela falta de proteção, o fechamento dessa zona acarretou uma grande exposição da violência policial.

Ambas autoras evidenciam Rago (1996) ao destacar que os cenários de bordéis e zonas de meretrícios, daquela época, já não existem mais, apenas alguns fragmentos de suas características. Houve uma mudança de costumes e comportamentos, como a descoberta de métodos contraceptivos, aceitação e visibilidade a práticas homoafetivas após a “revolução sexual” da década de 60. Isso acarretou um declínio do que era descrito como prostituição, pois muitas dessas práticas eram vistas como ilícitas, assim, com sua aceitação, acabaram sendo segregadas do trabalho sexual e difundidas pela sociedade.

Oliveira (2008) relembra dois grandes marcos da história da prostituição no Brasil: em 1987, que ocorreu no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Prostitutas, responsável pela criação da Rede Brasileira de Prostitutas objetivando o reconhecimento legal da prostituição como profissão. E a criação da Organização Não Governamental (ONG) Davida, em 1992, formulada por um grupo de prostitutas, entre elas estava Gabriela Leite. Essa ONG, que já participava de movimentos associados à causa, visava a enfrentar o preconceito, a

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2018/06/zona-do-mangue.html>. Acesso em: 12 de dez. de 2021

discriminação e os estereótipos que envolviam as profissionais do sexo. Segundo a autora, foi a partir disso que outras associações de profissionais foram sendo idealizadas e construídas ao longo do país.

**Figura 6- I Encontro Nacional de Prostitutas**



**Foto:** Trabalho de Conclusão de Curso, Lucas Dias (p. 78)

Mariana Luciano Afonso e Rosemeire Aparecida Scopinho (2013) apontam que, ao longo dos anos, a sociedade foi ressignificando alguns aspectos da figura da trabalhadora do sexo. Um exemplo é o termo “mulher pública” que já foi utilizado para se referenciar a elas, entretanto hoje alude àquelas mulheres que estão na política ou são famosas. Como visto anteriormente, em 1830, o termo “mulher honesta” foi introduzido no Código Penal para serem separadas das “mulheres perdidas” em crimes de estupro. Através de pressões feministas, essa distinção, que permitia que o crime fosse realizado contra essas “mulheres perdidas”, foi desfeita embora o termo “mulher honesta” só tenha sido retirado do Código Penal em 2009.

A representação social das prostitutas muda com o tempo e a cultura e nem sempre é acompanhada pelo estigma que lhe fora atribuído pelo Ocidente, conforme Paulo Ceccarelli (2008) mostra em seus estudos. Por exemplo, em uma sociedade onde não havia propriedade privada e família não monogâmica, a noção de sexo era muito diferente do nosso e parece que não havia o conceito atual de prostituição. Em algumas civilizações, tratava-se de um ritual entre as meninas que entravam na puberdade; enquanto em outras, os homens iniciavam sexualmente mulheres jovens em troca de presentes. Além disso, o conceito deste costume sofreu mudanças tremendas com base nos valores morais da época. O status social das

prostitutas na sociedade ocidental de hoje depende de nossa visão do sexualidade, que é muito diferente da Antiguidade em que não existia o conceito de pecado relacionado ao sexo.

### **3.2 Os acordos internacionais e o trabalho do sexo no Brasil**

O trabalho do sexo foi instituído juridicamente com uma diferença de 50 anos entre Convenção de Nova York e o Protocolo de Palermo e com ideias divergentes. A Convenção foi criada na década de 50, e o Protocolo, no início do século XXI. Cada qual foi elaborado em um determinado momento, dentro de contextos históricos diferentes, portanto, com diferentes perspectivas político-ideológicas.

#### **3.2.1 A Convenção de Nova York**

Realizada em Lake Success, em 21 de março de 1950, a Convenção de Nova York (Convenção para a Repressão do Tráfico, de Pessoas e do Lenocínio) trata-se de um acordo que visava adotar medidas abolicionistas e proibicionistas. No Brasil, ela foi ratificada em 12 de setembro de 1958. O acordo associava o tráfico de pessoas à prostituição, com isso buscava determinar ações e medidas para prevenir, punir e reduzir as prostitutas. Segundo Lucas Bernardo Dias (2017), este acordo estava associado à primeira onda de ideias feministas que apareceram nas últimas décadas do século XIX e início do XX. Pela análise do autor, entende-se que a Convenção visava erradicar a migração daquelas que exerceriam o trabalho do sexo, teoricamente eliminando a atividade e o tráfico de pessoas. Percebe-se que até as primeiras décadas do século XX, a ideia do tráfico e prostituição foram vinculadas e, em torno do tema da migração internacional das mulheres, recebeu uma atenção especial.

Ao longo do anos, as discussões políticas, incluindo o debate público, vincularam o trabalho do sexo ao tráfico de pessoas e os consideravam um mal indissociável, mesmo ambos sendo de práticas e origens distintas, pois assim a criminalização da profissão do sexo se tornaria mais fácil. Ao adotar tal medida abolicionista, entende-se que a prostituição é um mal que acompanha o tráfico de pessoas e ambos devem ser combatidos, pois fere a dignidade, o bem estar individual, da família e comunidade.

Lucas Dias (2017) compreende então que a Convenção possui um caráter abolicionista, punitivo e preventivo e que se comprometia “com a reeducação e readaptação social daqueles envolvidos na prostituição e busca estimular a adoção de medidas educativas, sanitárias e socioeconômicas, com o intuito de evitar que mulheres e crianças fiquem sujeitas

ao seu perigo.” (p.41). Além disso, ao se tratar do tema de forma abolicionista, mesmo com a pretensão de uma re inserção social, abriu-se caminho para o aparecimento de novas formas de exploração, aumentando a visão estereotipada e a vulnerabilidade daquelas que trabalhavam com o sexo. A prostituição, nesse tratado, o trabalho do sexo é visto como uma causa do tráfico de pessoas e não uma consequência, mostrando uma falta do entendimento sobre o assunto.

O autor conclui o capítulo de seu texto dizendo que:

A questão do tráfico de pessoas vai muito além da exploração para fins sexuais. Outras formas de exploração de mão-de-obra imigrante não são indicadas no acordo, não havendo, sequer, um artigo em referência aos milhares de trabalhadores, ao redor do mundo, submetidos a condições degradantes, deixando, assim, um grande vácuo ao tratar deste objeto. Outro ponto importante se atribui ao discernimento entre consentimento e constrangimento, não havendo, também, matéria para este tratamento. Junto a esses e tantos outros dilemas, cada vez mais se perdia espaço como instrumento normativo para resolução de conflitos. Dessa forma, não havendo consonância em relação àquilo que foi teoricamente proposto e que, na prática, foi efetivamente realizado, o presente acordo foi logo superado. A criação de um novo regimento se fazia necessária frente ao surgimento de novos paradigmas. (p.42)

Ser uma profissional do sexo, às vezes, pressupõe o cruzamento de múltiplas vulnerabilidades sociais, como raça, identidade de gênero (prostitutas cis/transsexuais), orientação sexual (heterossexual ou homossexual), idade (jovens e idosos) e classe social (serviços de prostituição de rua a prostituição de luxo). Este universo é complexo, diverso e multifacetado, mas possui um ponto em comum: a persistência do estigma que tem consequências adversas e discriminatórias para a vida dessas mulheres.

### **3.2.2 Protocolo de Palermo**

O Protocolo de Palermo, também conhecido como Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, criado em Nova York, no dia 15 de dezembro de 2000, entrando em vigor somente no ano de 2003 e ratificado no Brasil em 29 de janeiro de 2004, também foi estudado na obra de Lucas Dias (2017). Segundo o autor, trata-se de um instrumento normativo mais moderno que a Convenção de Nova York, que busca uma humanização no tratamento de profissionais do sexo, não tendo mais como objetivo o combate ao trabalho do sexo e o lenocínio.

Tanto o Protocolo de Palermo quanto a Convenção de 1949 tratam explicitamente do tráfico de pessoas, referindo-se que o crime pode ser cometido contra qualquer pessoa,

entretanto, esse documento de 2000 trouxe uma atenção especial às mulheres e crianças e atrelou a normas de prevenção e punição aos traficantes, ou seja, o seu objetivo principal é a proteção às vítimas e garantia de seus direitos fundamentais. Além disso, uma das principais diferenças é que, no Protocolo de Palermo, o tráfico, envolvendo pessoas em sua maioridade penal, caracteriza-se como coerção ou abuso de vulnerabilidade no processo de descolamento com fim à exploração. O Protocolo também desvinculou a prostituição ao tráfico de pessoas, definiu-o como um conceito em seu conteúdo e, portanto, recomenda medidas - protegidas por direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos- para proteger as vítimas. De fato, o Protocolo de Palermo representou uma evolução da política internacional relacionada ao combate ao tráfico de pessoas, alinhando-se assim às diretrizes e recomendações de organizações internacionais para a regulação do trabalho sexual.

A noção de trabalho do sexo e o tráfico de pessoas, em torno do tema da migração internacional de mulheres, sempre estiveram vinculados a convenções e disposições legais internacionais sobre o tráfico de pessoas. No contexto da internacionalização de mão-de-obra, até as primeiras décadas do século XX- como vimos na Convenção de Nova York- entretanto, tinham relação também com a tipificação desse crime realizada por leis nacionais. O Código Penal brasileiro, em consonância com a Convenção das Nações Unidas de 1949, nos artigos 231; 231-A, julgava que facilitar, intermediar e promover o exercício do trabalho do sexo caracterizava-se como tráfico de pessoas, entretanto o termo “pessoas” em questão do tráfico é recente, pois, até 2005, era exclusivamente voltado para situações de descolamentos internacionais de mulheres. Em 2016, ambos artigos foram revogados.

Lucas Dias (2017) em sua análise sobre o Protocolo de Palermo diz que:

Deve-se ressaltar que o Protocolo de Palermo, ao trazer no seu bojo, um conjunto de novos aspectos que apontam a uma mudança radical na forma de conceituar o tráfico de pessoas, prevalecendo sobre o antigo modelo normativo, abriu, em via de regra, um novo espaço de debate, implicando ainda no surgimento de novas necessidades ao tratar do assunto. Portanto, podemos considerá-lo como o substituto natural à antiga Convenção de Nova York, quando o assunto se refere à norma padrão internacional para o tratamento desta matéria. (p. 45)

Para compreender os fatos acima, este trabalho procurou explicar que a representação social das prostitutas vai mudando com o tempo e a cultura, e isso nem sempre é acompanhado pelos estigmas ocidentais (Paulo Ceccarelli, 2008). Porém, a simples atribuição da renda e da continuidade dessa prática aos problemas financeiros, tráfico de pessoas e abuso são argumentos de oposição às mulheres, pois mais uma vez priva as mulheres de seu direito

de escolha de vida. Em outras palavras, é preciso posicionar-se como sujeito histórico e desejante para fazer da prostituição uma alternativa.

### **3.3 Um caminho até a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o Projeto de Lei Gabriela Leite**

No Brasil, tratar o tema da prostituição é extremamente mais complexo do que se pode imaginar, pois as mulheres que se encontram nesse ramo passaram e ainda são extremamente invisibilizadas, como se suas histórias não tivessem importâncias e devessem ser apagadas, por não serem “honestas”, “puras”, aquilo que a sociedade idealiza de uma figura heteronormativa cis feminina. Como visto, neste país, os debates voltadas à prostituição começaram a mudar a partir da década de 1990, inaugurando um período de incorporação de novos elementos, perspectivas e sujeitos no debate sobre a prostituição e os direitos das pessoas que exerciam a atividade.

Desde 1942, o Brasil e a maioria dos países adotaram o abolicionismo sob o argumento de que as prostitutas são vítimas de certas condições sociais e muitas vezes pela exploração/coação de "cafetões", que é quem fica com parte do lucro. Entendemos que se a mulher se sujeita ao papel imposto moralmente pela sociedade, ela é aceita, santificada, porém, se contradiz essa lógica é rejeitada e desprezada. Isso justifica a visão que a sociedade tem das prostitutas já que ao “venderem” seu corpo, estariam profanando algo considerado sagrado.

É, evidentemente, porque a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu, que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum quanto no Direito (...). Ao fazer intervir o dinheiro, certo erotismo masculino associa a busca do gozo ao exercício brutal do poder sobre os corpos reduzidos ao estado de objetos e ao sacrilégio que consiste em transgredir a lei segundo a qual o corpo (como o sangue) não pode ser senão doado, em um ato de oferta inteiramente gratuito, que supõe a suspensão da violência (BOURDIEU, 2012, p. 26).

O autor destaca que a prostituição ainda é um tabu para sociedade por conta da objetificação de algo considerado sagrado, e esse escrúpulo pode superar a venalidade, pois o corpo deve ser usado apenas para atos voluntários de rendição formal, atos de amor ou atos de doação humanitária generosa, como doação de sangue. O autor informa que essa ainda é a maior vergonha que afeta as prostitutas, e é o sacrifício do sexo (BOURDIEU, 2012). Embora

este livro tenha 20 anos, ele ainda reflete a realidade. As crenças morais e religiosas afetam diretamente a realidade da liberdade das pessoas.

Ao longo da história, além de serem criticadas por utilizar o corpo, considerado como algo sagrado, para uso comercial, as prostitutas também foram insultadas por serem independentes, não necessitarem de terceiros, trabalhar e viver livremente em locais públicos, que sempre foram ocupados por homens. (ROBERTS, 1998).

A legislação abolicionista, no Brasil- e também em muitos lugares do mundo- criminaliza o incitamento à prostituição, punindo cafetões ou administradores de casas, mas não criminaliza as prostitutas. Atualmente o país vive uma situação paradoxal historicamente marcada pela alternância entre a repressão à atividade e a tolerância. Dias (2017, p.53) traz que:

Ratificante da Convenção de Nova York, o tratamento do Estado em relação à atividade ainda está fortemente alinhado a uma abordagem abolicionista. Todavia, atualmente vem sofrendo um grande revés, desde o início dos anos 2000, após se tornar signatário do Protocolo de Palermo, adotando, mas recentemente, um modelo mais preocupado com os direitos humanos daqueles que se prostituem. Esta incoerência ideológica, ao seguir recomendações de dois modelos de tratamento distintos – apesar de o segundo sobrepor o primeiro – gera vários questionamentos a respeito da legitimidade do Governo ao adotar medidas contra ou a favor e, ainda ao não definir um posicionamento oficial acerca desta problemática.

Percebemos, através da falta de materiais e poucos estudos, que o assunto em volta do trabalho do sexo possui pouca atenção, por se tratar de operárias esquecidas e sem direitos trabalhistas. Monique Prada (2018), uma trabalhadora sexual, feminista, ativista pelos direitos das prostitutas, em seu livro Putafeminista, afirma isso ao dizer que “a sociedade quer que fiquemos no lugar que ela nos reservou, o único espaço possível para mulheres como nós: o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência.” (p.35)

Ao se falar da prostituição no âmbito governamental, atualmente, é visto como algo que deveria ser erradicado, reconhecem a atividade como indigna e imoral, Dias (2017) esclarece que nos “campos jurídicos e político ocupam-se somente do tratamento dos aspectos penais periféricos relativos ao métier, relegando assim, a segundo plano, garantias e direitos fundamentais mais elementares às prostitutas.” (p. 54)

O poder Executivo, Legislativo e Judiciário não apresentam concordância ao tratar sobre o assunto. O Executivo possui grandes avanços no reconhecimento laboral do trabalho do sexo, mas vem apresentando retrocessos ao pactuar com algumas medidas do Congresso

Nacional, que possui uma visão binária de gênero e compactua com a imagem cristã da mulher. O Poder Legislativo compactua com o abolicionismo, ficando na inércia e omissão, sempre procurando “a cura” da prostituição, ou seja, sua erradicação. No Congresso Nacional, ainda há ligação do trabalho do sexo com o tráfico de pessoas para exploração, pondo-se culpar a grande pressão da Bancada Evangélica. Enquanto isso, o Poder Judiciário executa um posicionamento positivista, mas um tanto contraditório também ao não consolidar nenhum debate ou doutrina sobre o assunto.

Bourdieu enfatiza que houve a contribuição da Igreja, especialmente da religião católica, para o reaparecimento da estrutura governante. Tal estrutura tem apenas homens em suas funções mais importantes, como padres, bispos e papas. As mulheres se encontram em lugares, às vezes, minimizados, como freiras e "beatas" (BOURDIEU, 2012):

Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio, sobretudo, da simbólica dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religiosos (...). (BOURDIEU, 2012, p. 103).

A restrição e o controle do comportamento sexual das mulheres em nome da honra são amplamente atribuídos à igreja cristã. Desde a Idade Média, a igreja cristã se adaptou à noção de pecado, separando o prazer da fertilidade e censurando fortemente o desejo sexual (RIBEIRO; SÁ, 2004). As mulheres têm a sua sexualidade reprimida, enquanto sua castidade é fortalecida. Elas são apresentadas como seres subordinados e, no poder das relações interpessoais, os homens sobressaem-se (ROBERTS, 1998).

Considerando que o governo federal brasileiro está implementando uma gestão populista e de extrema direita, o respeito à dignidade das prostitutas parece fora de alcance. Os direitos fundamentais, a dignidade humana e a não discriminação e uma posicionamento claro no campo da constitucionalidade continuam a não ser reconhecidos por grupos minoritários privilegiados deixando os subcidadãos e subcidadãs à beira de qualquer processo de mudança. Principalmente quando se trata de prostitutas, elas ousam desafiar as ordens da sociedade de elite, heterossexual, racista e patriarcal. A Justiça Brasileira está ainda mais vinculada, nesse governo, com pensamento de padrões morais anacrônicos, exemplifica-se isso ao notar que o trabalho do sexo só é discutido no direito penal. O atual Código Penal

Brasileiro, que é da década de 40, é antiquado ao falar sobre os assuntos como a prostituição. Percebe-se isso, no Art. 229, ao dizer que:

CASA DE PROSTITUIÇÃO – Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa (BRASIL, 1940).

Abrir uma casa de prostituição é considerado um ato ilícito porque é uma atividade-meio não regulamentada, porém, outros serviços executados nesse local como faxina, atendente de balcão são atividades regulamentadas e, portanto, lícitas. Se se pensar nessa mesma linha, como a prostituição não é regulamentada, seria um ato infracionário. O fato de não haver medidas legais ou regulamentares que regem o trabalho do sexo coloca essas profissionais em condições de maior vulnerabilidade, pois acabam criando máfias no meio dos chamados “exploradores da prostituição”, ao não assumirem os direitos das prostitutas- há muitos lugares que impõem até mesmo carcere privado para garantir que essas mulheres não fujam e proprietários chegam a pagar propina à polícia para o funcionamento do lugar. Vale lembrar que o exercício da prostituição não é crime e que muitas casas de prostituição são abertas com nome de “Bar”. Os proprietários, quando denunciados, já que incorrem no crime de lenocínio, geralmente são absolvidos.

Retirar o Art. 229. do Código Penal e regulamentar a prostituição faria com que os donos e donas de casas de prostituição assumissem os seus deveres com as prostitutas, garantiriam seus direitos trabalhistas e eliminaria o impedimento das prostitutas de autonomia em relação ao pagamento de imposto.

### **3.3.1 O reconhecimento do trabalho do sexo na CBO**

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob responsabilidade do Ministério do Trabalho, foi elaborada inicialmente em 1977, por um acordo firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas- ONU, tendo como intermédio a Organização Internacional do Trabalho- OIT, no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (Projeto BRA/70/550), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIUO de 1968.

Segundo o próprio site da CBO:

Coube a responsabilidade de elaboração e atualização da CBO ao MTE, com base legal nas Portarias nº 3.654, de 24.11.1977, nº 1.334, de 21.12.1994 e nº 397 CBO 2002. É referência obrigatória dos registros administrativos que informam os

diversos programas da política de trabalho do País. É ferramenta fundamental para as estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, dos serviços de intermediação de mão-de-obra.

Desde a sua publicação, a CBO sofreu atualizações pontuais, sem modificações estruturais e metodológicas. Entretanto, uma nova metodologia internacional foi publicada em 1988. Editada em espanhol CIUO 88, em inglês ISCO 88 e em francês CITP 88, sob os auspícios da OIT, a nova classificação alterou os critérios de agregação. (s.d)

As profissionais do sexo foram incluídas na CBO em 2002- restrita a maiores de 18 anos- após serem deixadas às margens da clandestinidade e sem seus direitos, mas, mesmo com o reconhecimento, essas profissionais continuam desamparadas, beirando à marginalidade, pois, como visto anteriormente, a envoltura da prostituição se configura como crime no Código Penal.

### Figura 7- Classificação Brasileira de Ocupações.

2511	PROFISSIONAIS EM PESQUISA E ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOCIOLÓGICA	Família
2513	PROFISSIONAIS EM PESQUISA E ANÁLISE GEOGRÁFICA	Família
7630	PROFISSIONAIS POLIVALENTES DA CONFECÇÃO DE ROUPAS	Família
3771-40	<b>Profissional de atletismo</b>	Ocupação
3771-15	Profissional de golfe	Sinônimo
2525-50	<b>Profissional de relações com investidores</b>	Ocupação
2525-50	Profissional de relações com o mercado	Sinônimo
1423-25	Profissional de relações públicas	Sinônimo
2525-50	Profissional de <i>ri</i> (relações com investidores)	Sinônimo
3425-05	Profissional de tráfego aéreo	Sinônimo
<b>5198-05</b>	<b>Profissional do sexo</b>	<b>Ocupação</b>
3171-20	Programador de aplicativos educacionais e de entretenimento	Sinônimo
3171-20	Programador de cd-rom	Sinônimo
3171-10	Programador de computador	Sinônimo
3911-25	Programador de controle de produção	Sinônimo
7631-20	Programador de encaixe (cad)	Sinônimo
7661-45	Programador de fotocomposição	Sinônimo
3171-05	Programador de internet	Ocupação
3171-15	Programador de máquinas - ferramenta com comando numérico	Ocupação
3171-20	Programador de multimídia	Ocupação

Fonte: Trabalho de Conclusão de Curso, Lucas Dias (p.87)

**Tabela 1** – Classificação Brasileira de Ocupações: Código 5198-05.

CBO 2002 – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES		
CÓDIGO	TÍTULOS	TIPO
<b>5198-05</b>	<b>Profissional do sexo</b>	<b>Ocupação</b>
5198-05	Garota de programa	Sinônimo
5198-05	Garoto de programa	Sinônimo
5198-05	Meretriz	Sinônimo
5198-05	Messalina	Sinônimo
5198-05	Michê	Sinônimo
5198-05	Mulher	Sinônimo
5198-05	Prostituta	Sinônimo

Fonte: Trabalho de Conclusão de Curso, Lucas Dias (p.87)

Além disso, Lucas Dias (2017) traz a seguinte informação:

O processo de reconhecimento ocupacional, negociado entre representantes do movimento social e do MTE, resultou na definição de atividades e competências pessoais, que não envolvem somente relações comerciais em torno de sexo, aliás, esta foi uma das últimas formas de atividade destacada. A Prostituição agrega outras atividades, como a de companhia, confiança, entre outros serviços diversos. (p.87)

Ao apresentar a seguinte tabela, busca-se mostrar que a prostituta agrega outros serviços, como o de confiança e acompanhante:

**Tabela 2- CBO: Profissionais do Sexo.**

<b>CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO</b>		
<b>5198 :: Profissionais do sexo</b>		
<b>Títulos</b>		
<b>5198-05 – Profissional do sexo</b>		
Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo.		
<b>Descrição Sumária</b>		
Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão.		
<b>Condições gerais de exercício</b>		
Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos a intempéries e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte.		
<b>Formação e experiência</b>		
Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima séries do ensino fundamental.		
<b>Ordem</b>	<b>GAC</b>	<b>Atividades</b>
A	<b>BUSCAR PROGRAMA</b>	Agendar o programa Produzir-se visualmente Esperar possíveis clientes Seduzir o cliente Abordar o cliente
B	<b>MINIMIZAR AS VULNERABILIDADES</b>	Negociar com o cliente o uso do preservativo Usar preservativos Utilizar gel lubrificante à base de água Participar de oficinas de sexo seguro

Identificar doenças sexualmente transmissíveis (DST)

Fazer acompanhamento da saúde integral

Denunciar violência física

Denunciar discriminação

Combater estigma

Administrar orçamento pessoal

<b>C</b>	<b>ATENDER CLIENTES</b>	Preparar o kit de trabalho (preservativo, acessórios, maquiagem) Especificar tempo de trabalho
----------	-------------------------	---

<b>D</b>	<b>ACOMPANHAR CLIENTES</b>	Acompanhar cliente em viagens Acompanhar cliente em passeios Jantar com o cliente Pernoitar com o cliente Acompanhar o cliente em festas
----------	----------------------------	--

<b>E</b>	<b>PROMOVER A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA</b>	Promover valorização profissional da categoria Participar de cursos de auto-organização Participar de movimentos organizados Combater a exploração sexual de crianças e adolescentes Distribuir preservativos Multiplicar informação Participar de ações educativas no campo da sexualidade
----------	--	---

#### Competências Pessoais

1	Demonstrar capacidade de persuasão
2	Demonstrar capacidade de comunicação
3	Demonstrar capacidade de realizar fantasias sexuais
4	Demonstrar paciência
5	Planejar o futuro
6	Demonstrar solidariedade aos colegas de profissão
7	Demonstrar capacidade de ouvir
8	Demonstrar capacidade lúdica
9	Demonstrar sensualidade
10	Reconhecer o potencial do cliente
11	Cuidar da higiene pessoal
12	Manter sigilo profissional

#### Recursos de Trabalho

Guarda-roupa de trabalho
Preservativo
Cartões de visita
Documentos de identificação
Gel à base de água

Papel higiênico
Lenços umedecidos
Acessórios
Maquiagem
Alcool
Celular
Agenda

**Fonte:** Trabalho de Conclusão de Curso, Lucas Dias (p. 88 à 90)

Embora a CBO classifique uma ocupação, ela não a regulamenta. A regulamentação é realizada por lei e depois de aprovada pelo Congresso Nacional, precisa ser sancionada pelo Presidente da República. Mesmo assim, o fato de a CBO reconhecer um ofício como profissão conforta, valoriza o trabalhador, e lhe dá maior visibilidade.

Pode-se considerar a inclusão do trabalho do sexo na CBO uma vitória, entretanto ainda é um debate marcado por controvérsias, englobando opiniões favoráveis, neutras e contrárias- que muita vezes, principalmente nesse governo, envolve muitos argumentos religiosos, pois a moral e os valores impostos pela sociedade, no campo da religião interferem diretamente na vida das mulheres, como se observa no impasse do Congresso brasileiro ao tratar de gênero, pois o presidente se diz cristão e, por isso, juntamente com a bancada evangélica, defende a moralidade, preocupando-se com a moral sexual. Ainda há um extenso caminho a ser trilhado para regulamentação e conquista de direitos trabalhistas para essas profissionais. Em 2012, Jean Wyllys apresentou o Projeto de Lei 4.211/12, intitulado Gabriela Leite, a fim de regulamentar as relações jurídicas das prostitutas.

Acredito que reconhecimento na CBO é ainda uma prova de que essa profissão precisa ser reconhecida, pois há o princípio de que cada um tem a liberdade de trabalhar com o que mais se sente vocacionado. Assim, como qualquer outro trabalhador com direitos, nossa Constituição- que garante a liberdade do indivíduo- permite que as trabalhadoras do sexo tenham esses direitos e possam exercer sua profissão com dignidade sem prejudicar nenhuma outra profissão, faltando apenas o governo brasileiro perceber isso.

### **3.3.2 Projeto de de Lei 4.211/12- Gabriela Leite**

Batalhadora pela regulamentação da prostituição, Gabriela Leite era escritora, e prostituta- como gostava de ser chamada. No final da década de 60, durante o regime militar, foi aluna de sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Nos anos 70 e 80, começou a se

prostituir na Boca do Lixo em São Paulo e na zona boêmia de Belo Horizonte; e por fim, na antiga Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, onde começou a lutar pelos direitos das prostitutas. Em 1987, ela foi responsável pelo primeiro encontro nacional de prostitutas e, em 1992, instituiu a ONG Davida, sem buscar tirar as mulheres das ruas, mas sim promover a cidadania entre elas. Em 2005, criou a grife Daspu, um projeto autossustentável executado por prostitutas para superar as dificuldades financeiras e incentivar um trabalho alternativo para trabalhadoras do sexo, chegando a se tornar uma das lojas de artigos de luxo do país. Quatro anos depois, ela escreveu sua história no livro “Filha, mãe, avó e puta”, que mais tarde foi adaptado ao teatro. A escritora e prostituta morreu em 2013, aos 62 anos, de câncer.

**Figura 8-** Gabriela Leite<sup>5</sup>



**Fonte:** Agência O Globo

Por se tratar de uma figura essencial na luta pela regulamentação da prostituição, Jean Wyllys batizou o projeto de lei número 4.211/12 de Gabriela Leite. O projeto visava a atender uma reivindicação do movimento das prostitutas: garantir que as atividades das trabalhadoras do sexo fossem voluntárias e remuneradas, libertando assim essas pessoas do submundo marginalizado. Segundo o ex-deputado, a criação da lei foi baseada nos objetos fundamentais do inciso III art. 3º da Constituição Federal- CF (erradicação da marginalização) e no inciso IV art.3º, CF (promoção do bem de todos e todas)

Jean Wyllys acredita que a marginalização leva à exploração sexual e afirma para o site Agência Brasil:

Aquela prostituta de classe média alta, que divide um apartamento no Rio ou nos Jardins, em São Paulo, talvez seja menos vulnerável que o proletariado da prostituição, que depende das casas e de exploradores sexuais. Eu quero proteger os direitos delas, garantir a dignidade e combater a exploração sexual de crianças e

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/morre-gabriela-leite-criadora-da-daspu-10332386>. Acesso em: 15 de jan. de 2022

adolescentes. Digo, 'elas', porque a maioria das pessoas que realizam trabalho sexual são do gênero feminino, mas o projeto também beneficia os garotos de programa”

Pelo olhar de muitos abolicionistas, o deputado criou esse projeto com a intuição de normalizar a prostituição o que causaria a mercantilização do corpo feminino, algo que ele discorda, pois se é um serviço que existe,consequentemente tem demanda e, assim, as prestadoras desse serviço deveriam ter o direito de se aposentar e receber benefícios. Wyllys ainda afirma que as muitas pessoas que estigmatizam e marginalizam uma prostituta são as mesmas que vão até elas.

Como visto, a prostituição, restrita a maiores de 18 anos, está dentro da Classificação Brasileira de Ocupações desde 2002, mas, no exercício de algumas atividades, as prostitutas continuam expostas à discriminação, aos riscos de contração de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), à violência na rua e à morte. O Projeto de de Lei 4.211/12 vê a prostituição como um trabalho em condições especiais necessitando o direito à aposentadoria especial por conta dos riscos prejudiciais à saúde e/ou à integridade física.

Jean Wyllys, para o site do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), afirma que a hipocrisia e o moralismo da sociedade resultaram na marginalização dessa classe trabalhadora, além da cassação de direitos profissionais. O deputado ainda coloca que:

O atual estágio normativo, que não reconhece os trabalhadores do sexo como profissionais é inconstitucional e acaba levando e mantendo esses profissionais no submundo, na marginalidade. Precisamos resgatá-los para o campo da licitude. Desenvolver a cidadania das e dos profissionais de prostituição caminha no sentido da efetivação da dignidade humana.

No Projeto de Lei, na justificativa, informa que o principal objetivo é somente a desmarginalização da profissão, permitindo que as profissionais do sexo tenham acesso à saúde, segurança pública, dignidade humana e aos seus direitos trabalhistas. O deputado ainda ressalta que essa regularização seria uma ferramenta importante para o combate à exploração sexual, visto que ,assim, haveria uma maior fiscalização das casas de prostituição- no projeto as casas de prostituição não seriam mais proibidas- e o Estado teria controle sobre o serviço.

A marginalização desse serviço possibilita que a exploração sexual aconteça em diversas partes do país. Atualmente a lei não faz distinção entre exploração sexual e prostituição, ambas não são fiscalizadas, são marginalizadas e englobadas dentro do mesmo assunto- enquanto na verdade são completamente diferentes. Para o deputado, a regulamentação seria enfrentar esse mal e tipificar a exploração sexual que deveria ser punida e prevenida. Segundo Jean:

A exploração sexual se conceitua (1) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s); (2) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou (3) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência. Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima. (p. 4)

Em 2013, o congressista fez uma postagem, em seu Facebook, apresentando o projeto de lei para aqueles que o seguem e muitos comentários mostram que a população possui uma postura abolicionista, querendo erradicar a profissão. Muitos dizem: “tenho certeza que essas mulheres podem exercer qualquer outra profissão”; outros alegam que ele deveria se redimir com Deus; outros falam que a prostituição acarreta o tráfico de mulheres e crianças. Jean Wyllys (2012) ainda frisa no projeto que “não existe prostituição de crianças e adolescentes. Muito pelo contrário, essa prática se configura como abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e se tipifica como crime severamente punido pelo Código Penal”(2012, p.4)

Os comentários da postagem evidenciam um desconhecimento da população sobre o assunto, pois prostituição, exploração e tráfico de mulheres e crianças não são sinônimos e nem devem ser colocados assim. São assuntos distintos. A regulamentação da prostituição facilitaria o controle da exploração sexual e dificultaria o tráfico de mulheres para exploração sexual uma vez que isso já é proibido pelo Código Penal.

A Lei Gabriela Leite está arquivada na Câmara dos Deputados. Seu último despacho foi em 2013 e depois, arquivada em 2019 pelo presidente da Câmara, devido ao Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que “finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles [...]” (BRASIL, p. 52).

Além do que já foi dito, a falta de regulamentação da profissão do sexo garante o apagamento da história de prostitutas em muitas cidades, como ocorre na cidade de Franca/SP, onde um grande e antigo ponto de prostituição está sendo retirado da história do bairro embora os contadores de histórias (moradores antigos) falam que a prostituição movimentou o comércio e, conseqüentemente, o desenvolvimento do bairro.

#### 4 PROSTITUIÇÃO EM FRANCA: *a história (não) contada*

O bairro Jardim (Jd.) Guanabara situa-se na zona norte da cidade de Franca, a três quilômetros do centro comercial. O loteamento foi aprovado em 1969 pela Imobiliária Francana, com 20 quadras e 578 lotes e sua fundação se deu em 29/10/1982. Logo se tornou local da zona do meretrício da cidade, mas ao buscar dados de sua história nos diversos livros do acervo cultural do Arquivo Histórico Municipal de Franca "Capitão Hipólito Antônio Pinheiro" o que se encontra é uma lacuna ou um silenciamento.

Nenhum dos livros sobre sua história, disponibilizados para consulta no Arquivo Histórico da cidade, tratam da zona do meretrício que se formou a partir dos anos 80 no Jardim Guanabara.

Entre os analisados, está uma revista. Em 2009, no aniversário de 85 anos da cidade, o jornal impresso mais conhecido desta comarca e agora inativo, Comércio da Franca- atualmente apenas via *Internet*, o GCNnet-, em homenagem a ela, editou e lançou uma revista sobre 40 bairros e suas respectivas histórias. Intitulada “Um bairro que divide opiniões”, a matéria sobre o Jd. Guanabara apenas mencionou os centros comerciais, a Unidade Básica de Saúde (UBS), as escolas, o Parque de Exposição Fernando Costa (Expoagro) e a cadeia pública. Ao tratar dos problemas do bairro, os moradores reclamaram de furtos, buracos nas ruas e da prostituição. Segundo eles, as duas últimas ruas do bairro - Hipólito José e Antônio Constantino- , próximas ao posto Paineirão, durante o dia são barulhentas e agitadas devido às fábricas de calçados e, à noite, também, “mas com outro foco. As esquinas ficam completamente tomadas por garotas e garotos de programa, além de travestis”. (FACIROLLI, 2009, p.67). A redatora da matéria transcreveu a fala de um morador que disse ser uma “pouca vergonha” o que ali ocorria e, à noite, aquele “finzinho” ali se transformava em uma “zona”. O mercado de sexo continua nos mesmos lugares do bairro atualmente.

O livro de Fransérgio Follis (2004), ao tratar da *Belle Époque* francana, retrata os embelezamentos pelos quais as cidades cafeicultoras do Oeste passaram. Em Franca, esse embelezamento se fez notar nos ajardinamentos das principais praças públicas e na construção de suntuosos prédios. Nessa mesma linha, Bentivoglio (2004) descreve as transformações estruturais pelas quais passou a cidade, no final da década de 80, principalmente no centro da cidade, para evitar congestionamentos o que beneficiou parte dos lojistas francanos; além do embelezamento e melhoramento dos bairros centrais em detrimento dos periféricos. Também

abordou o recesso pelo qual a urbe passou nos anos 90 e, conseqüentemente, o aumento de menores de rua, de esmoleiros, de vendedores em barracas no centro (fato até os dias de hoje). Segundo o autor, não existia em Franca, Indústrias de Calçados e sim donos de fábricas já que o capital conquistado era usado para aquisição de ranchos, carros novos, em vez de investimentos financeiros principalmente se tratando dos novos ricos. Ele, dentre outros autores, denunciou que não havia políticas públicas, investimentos para solução dos problemas sociais gritantes e que os interesses pessoais sempre estiveram à frente da busca de propostas e soluções para os problemas da cidade.

A esposa de um ex-bancário conta que “Gerarda preta”, dona de uma casa de prostituição no Jardim Guanabara, não entrava no banco porque sentia vergonha. Mesmo sendo um sujeito de direitos, ela havia interiorizado o preconceito e a ele estava subordinada.

Esse tradicionalismo e conservadorismo impedem que se fale das origens da prostituição em Franca. Autores e população francanos negam um passado que ainda está presente nas ruas, principalmente no Jardim Guanabara, porque falar de prostituição é tabu, contra a moral e os bons costumes e religião.

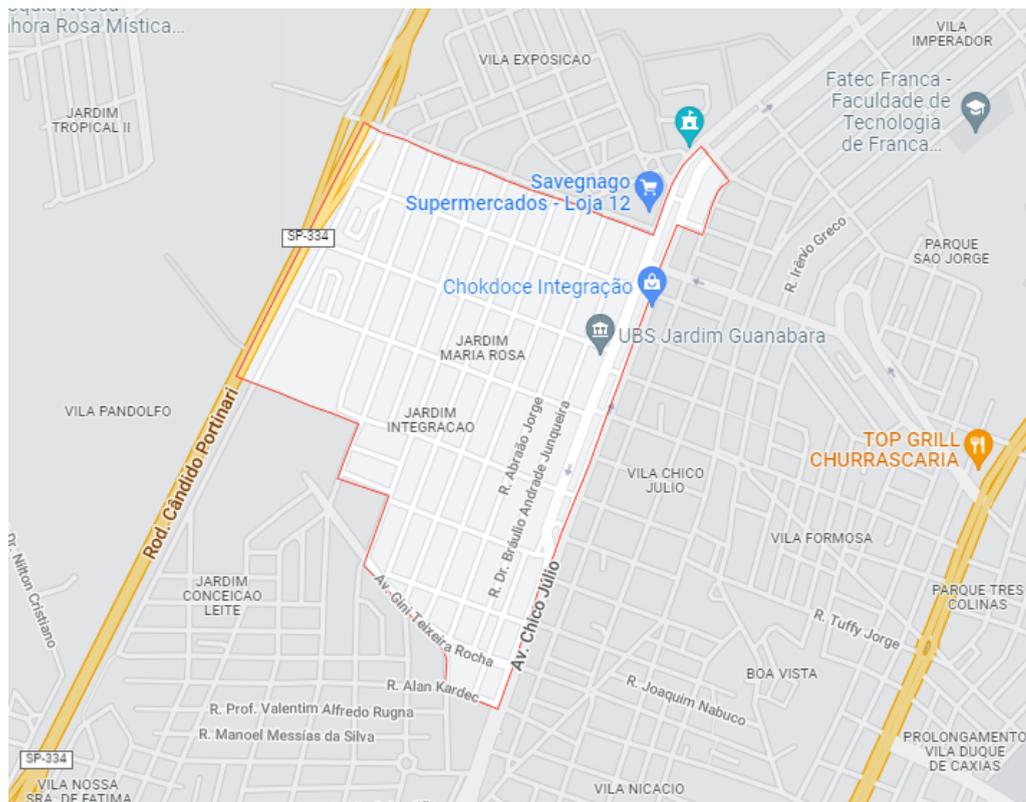
O Jardim Integração incorpora os bairros Jd. Guanabara e Jd. Maria Rosa. Ao abrir o mapa da cidade, não há referência ao Guanabara, apenas ao Jd. Maria Rosa e Jd. Integração, pois o nome Jardim. Maria Rosa é quase desconhecido na cidade, mas “Guanabara” é sinônimo de prostituição, de “zona”.

**Figura 9-** Demonstração da inexistência do Jardim Guanabara no Google Maps<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Disponível em:

[https://www.google.com/maps?q=jardim+integra%C3%A7%C3%A3o+franca+sp&um=1&ie=UTF-8&sa=X&ved=2ahUKEwiukYzRjNH2AhWWjZUCHTCzCeAQ\\_AUoAXoECAEQAw](https://www.google.com/maps?q=jardim+integra%C3%A7%C3%A3o+franca+sp&um=1&ie=UTF-8&sa=X&ved=2ahUKEwiukYzRjNH2AhWWjZUCHTCzCeAQ_AUoAXoECAEQAw) . Acesso em 02 de fev. de 2022



Fonte: GoogleMaps

Na década de 80, o bairro transformou-se na “zona do meretrício”. O pouco que se sabe vem da oralidade. Conta-se que a prostituição da cidade iniciou-se na Rua Belém, na Vila Aparecida nos anos 70, próximo ao centro da cidade, porém foi empurrada para longe do das áreas residenciais e, a partir daí, foi se instalando no Jardim Guanabara.

De acordo com um antigo morador do bairro (que não quer ser identificado) e que foi ao casamento de Lídia- ex-dona de casas de prostituições-, havia a casa da “Gerarda Preta” e também da Lídia. As pessoas costumavam dizer que iam ao abacateiro (casa da Lídia) para se referirem ao local. O abacateiro não existe mais, no entanto, aos poucos a proprietária foi comprando os bens circunvizinhos e montou um motel que ainda lá está. Além dessas casas, segundo o morador, estabeleceu-se no Guanabara também a Casa da Adélia, a Casa da Neide, a Casa da Monalisa- era gerente da Casa de Lídia, mas saiu e abriu seu próprio negócio. E nas “quebradas” um cafetão comandava o comércio do sexo.

Ainda há a presença do comércio do sexo pelas ruas do bairro além de três motéis: Motel Lídia, Motel ICI e Motel Fabriza, entretanto as pessoas que ainda estão vivas e interagiram diretamente com as histórias das casas de prostituição, do bairro se recusam a falar. Ao fazer a varredura pelo o *Google* atrás dos môtéis, o motel da Lídia aparece sem

número e sem nome. Só é possível saber que se trata desse motel quando se acessa o *link* do *Facebook*.

**FIGURA 10-** Geralda Roque de Oliveira morreu em 2021 vítima de Covid<sup>7</sup>



Fonte: GCN

Geralda Roque de Oliveira morreu em 2021. O GCNnet informou que se tratava de uma empresária da noite francana. e que, atualmente era dona da casa ‘Gerarda Drinks’, localizada na rodovia Prefeito Fábio Talarico, na saída de Franca para São José da Bela Vista e que era muito conhecida por ter possuído casas noturnas durante toda sua vida. Nos comentários, os usuários a tratam como uma “lenda” e dois deles dizem ter conhecido sua casa noturna dos anos 70. Pode-se ler também o comentário de uma internauta que criticou postagens preconceituosas em relação a Geralda, mas já desativadas pelo jornal.

Em Franca SP, não existem dados sobre a prostituição. Ao recorrer ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social - responsável pela prevenção de situações de vulnerabilidade social e riscos nos territórios) e ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social - trata das consequências e acompanha famílias e indivíduos que já tiveram seus direitos violados), em busca de informações sobre a prostituição em Franca, seja por telefone ou pessoalmente, os olhares foram de surpresa e indagação. E as respostas foram de encaminhamento para pessoas que fazem assistência social voluntária.

As perguntas encaminhadas ao gabinete do prefeito sobre o assunto vieram como resposta a implementação de um programa de violência contra mulher. Ao serem

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://gcn.net.br/noticias/423060/franca/2019/03/morre-a-empresaria-da-noite-gerarda-preta,-vitima-de-sequelas-da-covid>. Acesso em 20 de fev. de 2022

questionados a respeito da não resposta às perguntas, responderam que já haviam sido respondidas. O mesmo aconteceu na Secretaria de Ação Social da cidade.

#### 4.1 Para debaixo do tapete: poder e dominação

As representações sociais possuem origem histórica e coletiva. Assim, preconceito, machismo, misoginia, homofobia são aprendidos e interiorizados na escola, na família, na igreja, nas interações. Ao analisar a história da prostituição na cidade de Franca/SP, principalmente no Jardim Guanabara, notou-se que fatores econômicos e políticos foram determinantes para o entendimento das configurações sociais ali representadas. Nas representações do comércio do sexo em Franca, está o jogo do poder transcorrendo como algo natural e ininterruptamente reafirmado pelas ações e discursos hegemônicos tanto daqueles que ocupam uma posição de prestígio social, econômico, político e jurídico (dominante) quanto por aqueles que reproduzem as ideias conservadoras e os esquemas de dominação.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico; ., têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou «intelectuais e, -segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989, p.12)

Portanto, favoritismo das políticas públicas em relação aos comerciantes do centro da cidade citado por Follis (2004) e Bentivoglio (2004); a fala de um morador do Guanabara se referindo ao comércio de sexo como “pouca vergonha” e “zona” (já que o termo é usado depreciativamente); se dá por aquilo que Bourdieu denominou de violência simbólica. Trata-se de poder invisível, estruturante que alicerça a realidade por vias simbólicas e comporta-se como instrumento de dominação (*paradoxo de dóxida*). Para BOURDIEU, (2012, p.7 ) constitui-se de uma

[...] violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e de conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento.

O sociólogo se diz espantado sempre diante do “*paradoxo de dóxida*” :

[...] o fato de que a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções, seja grosso modo respeitada, que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e “loucuras” [...] ou vontades [...] ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus

direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais (Ibid)

Pelo exercício do poder simbólico tem-se a violência simbólica que são representações sociais interiorizadas e aceitas como verdades, sem questionamento. São formas de classificação simbólica do outro.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados.. As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme os seus interesses e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.. (Bourdieu, 1989, p.11).

O poder simbólico tem como elemento articulador o *habitus*. O *habitus* é aquilo que media a relação dialética entre sociedade social e estrutura social. São estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes, ou seja, simultaneamente geram e determinam os objetivos a serem alcançados inconscientemente. Bourdieu (1989, p. 12) esclarece que

Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima - e por meio dessa luta -, sendo instrumentos de dominação estruturantes pois que estão estruturados, reproduzem sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo de produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais.

O *habitus* seriam os óculos que os agentes usam para fazer a leitura do mundo e a ele reagem. Suas escolhas não são apenas fonte de sua subjetividade, mas também da estrutura com a qual o eles se defrontam durante a vida social e que já estaria instituída antes mesmo de sua existência como valores, ideologias. São estruturas estruturadas por estarem num determinado posicionamento, num campo social, com potencial para ser reproduzido. Assim, são disposições duráveis, duradouras e transferíveis, as quais formam um conjunto de normas táticas e princípios organizados e geradores de práticas que orientam e ordenam a vida social, seus esquemas de percepção e ação, suas formas de interpretar a vida social. O capital cultural, incorporado pelos agentes desde a primeira infância, nas interações com a escola com a família, pertence a um campo social, ocupando uma determinada posição e classe social, pré-condicionam as respostas dos agentes em suas experiências posteriores. Essas

disposições são construídas continuamente, abertas e constantemente sujeitas a novas experiências. Bourdieu (1983, p. 60-61), sobre a definição de *habitus*, conclui:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

O portal GCNnet, em 2009, ao trazer uma matéria sobre uma investigação a respeito da exploração sexual, na cidade, teve como título “Prostituição para meninas de Franca é dinheiro para comprar roupas novas”. Em 2011, o mesmo portal, em uma matéria intitulada “Prostituição se espalha por 4 novos pontos de Franca” descreve a prostituição como “o comércio de sexo fácil” e que esse comércio havia se instalado em outros pontos da cidade além do Jd. Guanabara, “antiga zona de prostituição”. A notícia descreveu os agentes como “mulher muito maquiada e com pouca roupa”, “travestis com trajes bastante curtos e exagerados” e “É muito difícil combater esse tipo de prostituição porque a Constituição dá a todo o cidadão o direito de ir e vir”.

Observa-se como o poder simbólico através da enunciação é capaz de fazer ver e fazer crer, de confirmar e reproduzir a marginalização, estigmatização e opressão das profissionais do sexo. Percebe-se a violência simbólica pela produção da crença de quem vive do sexo “quer vida fácil” porque não quer trabalhar, logo, o que faz não é trabalho; de que a roupa curta, o rosto muito maquiado relacionam-se à prostituição; e de que prostituição é caso de polícia (mas a Constituição não permite). Vale lembrar que a zona do meretrício, nos anos 80, foi “varrida” para o Jardim Guanabara por ser um bairro distante do centro para um espaço que não perturbasse a ordem estabelecida e também esse bairro fora escolhido como lugar para construção da Cadeia Pública municipal. Os agentes sociais francanos vão, desde cedo, incorporando esse conjunto de valores, regras e crenças- instituídos e construídos historicamente- que ditam tendências de comportamento e padrões sociais do ambiente em que são educados e que se naturalizam.

Quando impresso, o jornal Comércio da Franca era o mais popular e o mais vendido em Franca, por isso, possui (hoje GCNnet) relevante poder de fala, ou seja, portador de um *habitus* próprio dentro desse campo social onde há forças, lutas e seus membros se encontram alinhados segundo elementos de distinções (diferenciações) e de aproximação (gostos e

disposições semelhantes).. A estrutura desse espaço está pautada numa desigual distribuição de capital social (poder). Bourdieu (1983, p.13) explica que

“[...] a comunicação se dá enquanto interação socialmente estruturada, isto é, os agentes de ‘fala’ entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. O ouvinte não é um ‘tu’ que escuta o ‘outro’ como elemento complementar da interação, mas se defronta com o ‘outro’ numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global.

Portanto, tende “a conformar e a orientar a ação, mas nas medida em que é produto das relações sociais, ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram” (Ibid, p.15)

Devido à posição que seus campos ocupam, tanto os jornais quanto o arquivo (livros, monografias, fotos), “sistemas simbólicos” (ideologias e instrumentos de comunicação e de conhecimento) que guardam a história de Franca “só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (Bourdieu, 1989, p.9). Eles comercializam além de produtos, ideias pelo capital simbólico e desempenham o papel político de impor, legitimar ou assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica); já que há uma relação de luta e poder no campo intelectual pelo monopólio da violência simbólica legítima.

Interagindo com a tradição marxiana, Bourdieu (1989, p.10) explica:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

Os discursos de jornais e fontes para consulta, os bens culturais, representados como natural legitimam o senso comum conservador dos agentes francanos instaurando o “conformismo lógico”. (BOURDIEU, 1989). As representações do imaginário reproduzidas pela cultura, interna e externamente, e naturalizadas mantêm a ordem simbólica da reprodução social de paradigmas relacionados à prostituição,

O Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), um Centro de Prevenção em IST/aids, realiza um trabalho junto aos profissionais do sexo de orientação e distribuição de materias de higiene pessoal e distribuição de preservativos. Ao ser indagado sobre os projetos direcionados a essa população, o Gabinete de imprensa do prefeito respondeu que será

lançado um programa de violência contra a mulher. E ao reenviar as perguntas e esclarecendo que a resposta enviada não respondia às indagações, a resposta seguinte foi que o CTA já havia respondido.

Prostituir-se, na cidade de Franca, é visto como um comportamento desviante, algo a ser esquecido, repreendido pela lei e, se possível erradicado, por isso, nos anos 80 foi mandada para “baixo do tapete”, para um bairro distante assim como a cadeia (não se usa presídio na cidade) a fim de não perturbar a ordem. Sendo impossível eliminar, deve permanecer na clandestinidade, ilegalmente, longe do convívio social, da família tradicional, garantindo a privacidade daqueles que frequentam o Jardim Guanabara em busca dos prazeres da noite, transformando os agentes da prostituição naquilo que Judith Butler chamou de “corpos abjetos”, aqueles que não deveriam existir e que não fazem sentido na matriz cultural de Franca, pois não se enquadram em sua matriz cultural.

Butler (2002, p. 161-162), mesmo relutante em conceituar ou exemplificar o que seriam esses corpos abjetos porque “[...]as tipologias são exatamente o modo pelo qual a abjeção é conferida: considere-se o lugar da tipologia dentro da patologização psiquiátrica”. Entretanto, para não incorrer em um mal entendido ela esclarece que para ela, o abjeto “ não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’. Para a socióloga, os corpos carregam discursos e os discursos habitam os corpos.

As ações e discursos, historicamente construídos, a respeito do bairro colocou não só os profissionais do sexo como abjetos como também o Jd. Guanabara ao ter sido transformado em sinônimo de zona do meretrício, pois os corpos atribuem significado aos espaços que habitam e vice-versa. Como vimos, há ações implícitas para desvinculá-lo do estigma por um processo de normatização.

Gênero e sexualidade são frutos de uma histórica relação de dominação cultural que almeja os corpos conforme os interesses de domínio e poder dominante “Não existe, pois, sexualidade antes ou depois do poder. No entanto, “operar no interior da matriz de poder não é o mesmo que reproduzir acriticamente as relações de dominação” (BUTLER, 2010, p. 55).

O exercício da prostituição é colocada em um patamar de marginalidade suscetíveis de sofrerem políticas punitivas e higienistas, produzindo como subjetividade categorias de “pessoas vagabundas”, que trabalham para comprar roupas, imorais. Um ato considerado

abjeto por sua exterioridade em relação a um imaginário hegemônico, heterossexual, religioso e patriarcal.

A violência simbólica contra os trabalhadores de sexo na cidade transforma, portanto, seus corpos em objetos invisibilizados socialmente pela estigmatização, preconceito e segregação, corpos que apenas circulam pelas ruas da cidade.

O abjeto se situará precisamente naquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito e de suas fronteiras seja circunscrito (PORTO, 20016, p. 162)

O corpo abjeto nesse sentido nos é inacessível em sua materialidade, não se objetaliza, não é marcado, ele circula e dele só nos resta o afeto imponderável, a abjeção. O corpo abjeto não possui uma posição na sociedade, nem mesmo como excluído. Trata-se de um corpo não articulado e por isso intolerável. Por não ser marcada, a abjeção não consegue ser proferida, descrita, nomeada, pois, caso fosse, ela ganharia peso e se constituiria como matéria dentro da sociedade, deixando finalmente de ser abjeção. Teríamos aí atingido a tão sonhada, mas impossível paz, atribuindo à abjeção um sentido a partir do nosso sistema de nomeações e predicacões (*ibid*, 165).

Nos vários livros sobre a arquitetura de Franca, desde sua fundação, há representações dos espaços e edificações privilegiadas do poder hegemônico: catedral, edifício Champagnat, Estação ferroviária, edifícios do centro da cidade, entre outros. Nada a respeito da história que preserve a memória da prostituição e de prostitutas do Jd. Guanabara.

Como escreve Butler (2009) há população que vive em condições de precariedade, carentes de suporte social e econômico ou marginalizadas, exposta à violência física e emocional, enfermidades, pobreza, fome e marginalização. Há também aquela que sofre de uma condição maximizada de vulnerabilidade à violência arbitrária do Estado ou por não ter proteção do Estado. É preciso reconhecer a reciprocidade da precariedade que nos aproxima e nos une e que possibilitará a empatia; respeitar e combater o sistema normativo para ressignificar as normas existentes em direção à transformação social.

A todes que vivem do exercício da prostituição, que não têm voz, deve ser gantido, como professa Butler (2009) o direito de fala, sem impor ou suplantar uma voz. Numa coletividade que não possui o coletivo como pressuposto, significa, quando não se tem nenhum direito, usar a língua dominante não para ratificar seu poder, mas sim, para colocá-lo em evidência, resistir a sua violência cotidiana, agir e reivindicar direitos ainda não adquiridos.

Butler, parafraseando Arendt, ensina-nos que “o direito de ter direito ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade deve ser garantido pela própria humanidade”. Não existe liberdade que não seja pelo seu exercício. (2009, p. 328)

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, é possível observar que as prostitutas passaram de figuras heróicas, adoradas na antiguidade, para um estereótipo calcado em uma visão patriarcal, em valores morais e religiosos e na/pela hegemonia o qual as transforma em corpos abjetos cuja representação social as reduz apenas ao ser prostitutas. Gradativamente, elas vêm ganhando voz e pauta nas agendas dos poderes públicos e de grupos representativos dos direitos humanos e, assim, mobilizando setores da sociedade civil para se engajarem na luta por seus direitos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Pensando no Brasil, mesmo após importantes avanços na legislação brasileira, essas mulheres ainda precisam de mais espaços e direitos, mas mudar a cultura assentada nos moldes descritos, é algo delicado que requer tempo e luta, principalmente, quando os detentores do poder abrangem uma postura abolicionista, de exclusão e silenciamento da sexualidade feminina.

As prostitutas ou trabalhadoras sexuais enfrentam por toda vida uma cultura violentamente machista de uma sociedade que se apropria do seu corpo, da sua sexualidade e até mesmo da forma de se sustentarem, mas, mesmo com todos os riscos e medos, elas se encontram presentes na cena de lutas pelos direitos, ampliando suas vozes, trazendo novas perspectivas e ocupando espaços.

Ao ir a São Paulo tentar entrevistar essas mulheres, entrei em um bordel e conversei com a gerente do local e uma prostitua. A gerente, desde o início, avisou-me que seria muito difícil eu conseguir as entrevistas, principalmente por se tratar de uma pesquisa que buscava saber se a prefeitura da cidade havia prestado assistência às prostitutas durante a pandemia, pois isso poderia colocá-las em risco caso eu identificasse o local. Outro ponto, segundo a gerente, seria que muitas meninas vão até o bordel atrás de uma fonte de renda, escondendo de seus pais, cônjuges, filhos, amigos, basicamente vivendo uma vida paralela, às escondidas pela noite. Portanto, dar entrevistas, mesmo garantindo sigilo, causaria o medo de exposição. Entretanto, enquanto eu estava dentro da casa, uma das prostitutas desceu para conversar comigo. Ela era antiga trabalhadora na área, desde os seus 18 anos, escondia sua vida noturna de seu filho e mãe. Quando questionei o porquê dela ter entrado no ramo, respondeu-me: “Eu precisava de dinheiro, não conseguia emprego, mas eu amava transar, apenas juntei o útil ao agradável. Gosto muito do que faço”. Informou-me também que, após 20 anos, não pensava

em trabalhar com outra coisa, apenas queria esperar seu filho crescer para contar e um dia juntar dinheiro para se “aposentar”. Essa mulher chegou a me passar seu *whatsapp*. Tentei marcar a entrevista dois dias distintos, mas ela acabou conseguindo cliente nesses dias e, por isso, não me atendeu.

Isso mostra que englobar a prostituição, exploração e até mesmo o tráfico de pessoas em um mesmo assunto é improdutivo. Não que tal fato não ocorra, mas ao debater o assunto é necessário conduzir a pesquisa para um lado. Mesmo que, em alguns momentos vários temas se cruzaram, o objetivo principal foi de explorar a prostituição como trabalho.

Após não conseguir fazer o trabalho de campo em São Paulo, transféri-o para a cidade de Franca onde tentei ir atrás de prostitutas nas ruas, mas todas as vezes que fui havia muitos carros circulando entre elas. Solicitar uma entrevista poderia acabar atrapalhando o ganho da noite delas, sendo assim, entrei no site Fatal Model e chamei todas disponíveis, porém 95% delas me bloquearam e as outras 5% não me responderam. Nesse momento, chegando quase a desistir da pesquisa, abri outra porta: ir atrás de órgãos públicos e questionar sobre as políticas públicas voltadas ao trabalho do sexo, principalmente durante a pandemia. Fui recebida entre olhares de estranhamento, surpresa e admiração. O CRAS do Centro da cidade chegou a dar uma breve informação relatando que muitas prostitutas chegaram a procurar o local atrás de cesta básicas e vales para alimentação porque não estavam conseguindo ganhar o suficiente para se sustentarem durante a pandemia. Logo após, disseram que outras informações eram sigilosas. Conversei também com o psicólogo do Centro de Prevenção de IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) que disse, durante a pandemia, não ter havido nenhuma intervenção da saúde sobre o COVID-19, apenas tinham sido realizadas reuniões sobre prevenção de IST's com essas mulheres e que essas reuniões chegaram a ser suspensas durante o ápice da pandemia.

O gabinete de imprensa do prefeito, desviando do assunto, enviou-me uma matéria sobre o núcleo de violência doméstica, criado durante a pandemia. O protocolo enviado à Secretaria de Ação Social está parado há tempos. É válido colocar que antes de encaminhar o protocolo, conversei com a chefe de gabinete desta secretaria, que chegou a solicitar para eu segurar a pesquisa até que eles pudessem soltar algum programa voltado a essa problemática, que, segundo ela, ainda estava no papel.

Na cidade de Franca/SP, além da falta de comprometimento dos órgãos públicos, percebeu-se um apagamento da história da prostituição, mesmo ela tendo sido responsável

pelo desenvolvimento econômico de um bairro conhecido da cidade, o Jardim Guanabara. A mesma sociedade- da cultura da masculinidade, que venera e exige a fidelidade feminina, enquanto abomina e despreza a masculina- que permite a existência e perpetuação da prostituição-, é a mesma que, por vias simbólicas, ignora-a, tenta apagá-la e marginalizá-la.

Apagar a história da “zona do meretrício” (nome falado na cidade), faz parte de seu *habitus*. Esse apagamento não são apenas escolhas subjetivas, mas também feitas pela objetividade que foi sendo construída e interiorizada pelos habitantes da cidade porque as ações, aparentemente mais pessoais e transparentes, não pertencem ao sujeito que as pratica, mas ao sistema completo de relações e pelas quais se realizam. As práticas individuais se aclimatam diante das condições externas da sociedade

Falar sobre a prostituição, em Franca, é uma relação de amor ou ódio como mostram os comentários do GCNnet ao publicar a notícia sobre a morte de Geralda. Uns tecem comentários respeitosos, saudosos do tempo em que frequentavam uma de suas casas na rua Benedito Merlino. Outros, de segmentos conservadores e elitistas da sociedade, vociferam o discurso preconceituoso e de desprezo. Na fala do morador do Jd. Guanabara, discorrendo sobre as casas de prostituição no bairro dos anos 80, não havia preconceitos ao recorrer à memória para contribuir na tecitura deste trabalho, relato de quem conhecia por dentro a engrenagem e a realidade do comércio do sexo no bairro. Além disso, há também o silenciamento, talvez, uma relação de medo(s), de não poder falar, por parte de quem viveu e ainda vive desse comércio.

A industrial do sexo sempre existiu e, talvez sempre existirá, independentemente das pessoas considerarem digno ou não a mercantilização do prazer através do corpo. O Brasil vive um dilema paradoxal: a prostituição é reconhecida e legitimada como ocupação pelo Ministério do Trabalho, mas o judiciário trabalhista nega o reconhecimento do vínculo de emprego entre o trabalhador e o estabelecimento em que labora: carteira assinada, férias, fundo de garantia, previdência social. Tal fato acaba beneficiando apenas o empregador e contribuindo para a marginalização e segregação da trabalhadora do sexo. O reconhecimento dos vínculos trabalhistas, dando à profissão do sexo as mesmas condições que têm outros trabalhadores é uma maneira de garantir seus direitos constitucionalmente instituídos e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Defender a legalização total de tudo que engloba a indústria do sexo consensual é deixar de punir muitas mulheres (pensando pelo viés desta pesquisa) que tiveram poucas

escolhas na vida e que desejam estar ali. É necessário cobrar dos governos políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho e até mesmo os direitos dessas mulheres, pois banir esse trabalho do planeta apenas levaria mais delas para a clandestinidade e em condições ainda mais precárias de trabalho e vida. Em tempos difíceis, mulheres muitas vezes recorrem à prostituição para fugir da fome, da falta de dinheiro. Portanto, é necessário garantir a elas a proteção e direitos trabalhistas a que fazem jus, além de políticas públicas que assegurem o direito de escolha; outro debate que emerge e deve ser discutido, visto que parte do estigma sofrido por essa profissão vem do entendimento sobre o que faz as mulheres optarem pela prostituição quase sempre visto como vitimização e nunca por trabalho e prazer.

Enquanto vários debates sobre o assunto movimentaram e movimentam o país, a cidade de Franca, por via do poder simbólico, silencia-o e tenta apagar parte de seu patrimônio histórico. E, conseqüentemente, não dá voz às profissionais do sexo- sujeitos de direito-, pois são elas que devem ser ouvidas e colocadas como protagonistas sociais capazes de tomar decisões sobre seu corpo e seu destino.

Sabe-se que a fala são representações/interpretações do mundo que combinam histórias de vida a partir de um sentir, ser e estar no mundo, sendo possível relacioná-las a contextos sócio-históricos. No Jardim Guanabara, no entanto, suas memórias vão morrendo junto a seus protagonistas e antagonistas e pela ausência da preservação do seu acervo documental.

A figueira da Rua Benedito Merlino do Jardim Guanabara, é a metáfora e antítese perfeita para a história da prostituição em Franca. Considerada “intocável” (de preservação perpétua) pela administração pública por ser uma árvore centenária de grande porte, ficava à frente de uma antiga casa de meretrício que não existe mais. Imponente, bela, verdejante, sozinha em um terreno frente ao bairro, vive e vê o comércio do sexo desde seu início, mas silenciosamente, guarda para si todas as histórias de amores, traições, desejos, violências e capital monetário e cultural daquele distrito. Intocáveis!

## 6 REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L; SCOPINHO, R. A. **Prostituição**: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. Seminário Internacional: Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

ARAÚJO, E. **A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia**. In: História das mulheres no Brasil. PRIORE, Mary Del (org.). São Paulo: Contexto, 2004. p. 34 à 65. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2022

BATISTA, K. F. **O debate historiográfico acerca da ideia da "Prostituição Sagrada" no Antigo Crescente Fértil**. *Revista Vernáculo*, [S.l.], dez. 2011. ISSN 2317-4021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/31635>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. 14 ed. São Paulo. Editora Canção Nova, 2012

BENTIVOGLIO, J. C. **Trajetória urbana de Franca: centro (1805-1995)**. III concurso de monografia de história dos hábitos de Franca. Franca. Fundação Mário de Andrade. 1996.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Renata Ortiz ; Paula Montero e Alicia Auzmendi (trad.). São Paulo. Ática, 1983.

BUTLER, J. **PERFORMATIVIDAD, PRECARIEDAD Y POLÍTICAS SEXUALES**. AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana, vol. 4, núm. 3, septiembre-diciembre, 2009, pp. 321- 336. Disponível em <https://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2018/01/PERFORMATIVIDAD-PRECIARIEDAD-Y-POL%c3%8dTICAS-SEXUALES.pdf>. Acesso em 03 de fev. de 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

BUTLER, J. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Ponto de Vista • Rev. Estud. Fem. 10 (1) • Jan 2002 • <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>

BRASIL. **Código Penal de 16 de dezembro de 1830**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Decreto- lei Nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.

BRASIL. **Decreto-lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.

BRASIL. **Decreto-lei N° 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASÍLIA. **Câmara dos Deputados. Projeto de Lei ordinária PL 4.211/2012.** Regulamenta a atividade de profissionais do sexo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 14 set. de 2021

BRASÍLIA. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados.** 19ª ed. 2019

Câmara instala Comissão Especial para analisar o PL Gabriela Leite, de autoria de Jean Wyllys. PSOL50. 2013. Disponível em: <https://psol50.org.br/camara-instala-comissao-especial-para-analisar-o-pl-gabriela-leite-de-autoria-de-jean-wyllys/>. Acesso em: 15 de set. de 2021

CAZARRÉ, R. **Projeto que regulamenta atividade de profissionais do sexo está parado na Câmara.** 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo-esta#>. Acesso em: 15 de set. 2021

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Emprega Brasil. s.d. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/> Acesso em: 03 de jan. de 2022.

DABHOIWALA, Faramerz. **As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual.** Tradução DE Rafael Mantovani. São Paulo, Globo, 2013.

DA MOTTA, C. N. N. **Prostituição: policia de costumes: lenocinio.** Revista da faculdade de direito de São Paulo, v. 5, p. 307-322, 1897.

DIAS, L. B. **A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL–** percursos sobre a regulamentação do métier–. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação. (Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social). Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5394/1/LBDias.pdf>. Acesso em: 02 de fev. de 2022

DUFOUR, P. **História da Prostituição Em Todos Os Povos Do Mundo Desde A Mais Remota Antiguidade Até Aos Nossos Dias.** Lisboa: Lisboa Empreza Litteraria Luso-Brazileira, 1885.

É verdade que a prostituição é a profissão mais antiga? SUPER ABRIL. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/e-verdade-que-a-prostituicao-e-a-profissao-mais-antiga/>. Acesso em 12 de out. 2021

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 9 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Civilização brasileira, 1984.

ESTIMADO, R. B. *et al.* **Entrevista:** Margareth Rago. *Humanidades em diálogo*, v.7, p. 15-43, 2016.

FACIROLLI, P. **Um bairro que divide opiniões.** *In:* Franca 185 - 40 bairros - 40 histórias. Comércio da Franca. nov. 2009.

FAVERI, M.; MORGA, A. E. **Adultério.** *In:* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero.* Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 30-34.

FIGUEIREDO, L. **Mulheres nas Minas Gerais.** *In:* História das mulheres no Brasil. PRIORE, Mary Del (org.). São Paulo : Contexto, 2004, p. 119 a 158. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-historia-das-mulheres-no-brasil.pdf>> Acesso em: 15 de dez. de 2022.

FONSECA, G. **História da Prostituição em São Paulo.** São Paulo, Resenha Universitária, 1982.

FOLLIS, F. **Modernização urbana da Belle Époque paulista.** São Paulo. Editora Unesp. 2004

GRUMAN, Marcelo. **A Prostituição Judaica no Início do Século XX:** desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], p. 83-99, jul. 2006. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/5446>. Acesso em: 19 jan. 2022

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013

Histórico da CBO. Classificação Brasileira de Ocupações, Ministério do Trabalho. s.d. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>> Acesso em: 03 de jan. de 2022.

HUNGRIA, N; LACERDA, R. C. de. **Comentários ao Código Penal. Arts. 197 a 294.** Volume VIII, 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

KUSHNIR, B. **Baile de máscaras:** mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1996.

MAZZIEIRO, J. B. **Sexualidade Criminalizada:** Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. *Revista Brasileira de História* [online]. 1998, v. 18, n. 35, pp. 247-285. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000100012>. Acesso em: 20 de dez. de 2021

MEYER, I. C.; PRINS, B. **Como os corpos se transformam em matéria:** entrevista com Judith Butler. *Revista de estudos feministas.* V. 10, n. 1. 2002. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100009/8771>. Acesso em 03 de jan. 2021.

Morre a empresária da noite, Gerarda Preta, vítima de sequelas da covid. GCNnet. 2021. Disponível em <https://gcn.net.br/noticias/423060/franca/2019/03/morre-a-empresaria-da-noite-gerarda-preta,-victima-de-sequelas-da-covid>. Acesso em 12 de dez. de 2021.

MOSSÉ, C. **La mujer en la Grecia Clásica**. Madrid: Editorial Nerea, 1991.

NAYERI, K. **Culture and Nature in The Epic of Gilgamesh**. Our Place in The World: A Journal of Ecosocialism, p. 1-20, 2018.

NUCCI, G. S. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas**. Aspectos Constitucionais e Penais. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2014.

OLIVEIRA, M. Q. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – O trabalho na vida nada fácil**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Pandemia empurra mais mulheres e pessoas da mesma família para a prostituição. MAGG. 2021. Disponível em <https://magg.sapo.pt/atualidade/atualidade-nacional/artigos/pandemia-empurra-mais-mulheres-e-pessoas-da-mesma-familia-para-a-prostituicao>. Acesso em 08 de mai. de 2021

PETERS, E. T.; CERQUEIRA, F. V. **Mulheres em Atenas, no século IV: o testemunho do contra Neera, de Demóstenes**. Revista Eletrônica de Antiguidade. UFRJ, n. 12, p. 68-84, 2013.

PORTO, Tiago da Silva. **A incômoda performatividade dos corpos abjetos. Ide (São Paulo)**, São Paulo , v. 39, n. 62, p. 157-166, ago. 2016 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062016000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062016000200012&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 01 mar. 2022.

PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PRIORE, M. D. **AO SUL DO CORPO: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. São Paulo, 1990. Disponível em: [www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/94\\_priore\\_mary\\_del\\_termo.pdf](http://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/94_priore_mary_del_termo.pdf). Acesso em: 24 de nov. de 2021

Prostituição para meninas de Franca é dinheiro para comprar roupas novas. GCNnet. 20 de ago. de 2009. Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/46628/franca/2009/08/pr0stitui-ccedil-atilde0-para-meninas-de-franca--eacute-dinheir0-para-c0mprar-r0upas-n0vas-46628>. Acesso em: 14 de novembro de 2021

Prostituição se espalha por 4 novos pontos de Franca. GCNnet. 2011. Disponível em <https://gcn.net.br/noticias/154148/franca/2011/12/PR0STITUICA0-SE-ESPALHA-P0R-4-N0V0S-P0NT0S-DE-FRANCA-154148>. acesso em 14 de nov. de 2021.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RAGO, L. M. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1990.

RAGO, L. M. **Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940)**. *In*: Parker, Richard; Barbosa, Regina Maria (orgs). Sexualidades Brasileiras. Ed. Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ. Rio de Janeiro. 1996.

RAGO, L. M. **Trabalho feminino e sexualidade**. *In*: PRIORE, Mary Del(Org.). História das mulheres no Brasil .2.ed.- São Paulo: Contexto, 2004. p. 484 a 571. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2022

RIBEIRO, F. B; SÁ, J. M. O. **Interrogando a prostituição**: Uma crítica radical aos discursos hegemônicos. *In*: Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. 2004.

ROBERTS, Nickie. Roberts. **As prostitutas na história**. Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro. Record:Rosa dos Tempos, 1998.

SANTANA, D.; AZEVEDO, S. **A produção discursiva da prostituta como diferença e a construção de novas (?) faces da prostituição**. Revista Gênero, v. 14, n. 1, 2013.

SOIHET, R. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil 2.ed.- São Paulo: Contexto, 2004. p 304 a 333. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2022

TAVARES, M. **Prostituição**: diferentes posicionamentos no movimento feminista. 2002. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>. Acesso em: 01 de nov. de 2021.

WYLLYS, J. **Já conhece o PL 4211/20112 (Gabriela Leite), do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que assegura DH aos e às profissionais do sexo?** O projeto está na CDHM, sob relatoria do pastor Eurico. 30 de mar. de 2013. Facebook: Jean Wyllys. Disponível em: <https://www.facebook.com/jean.wyllys/posts/508732922508053>. Acesso em: 20 de dez. de 2021